



Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ANO XXI	Nº 3503	Publicação Diária	Segunda-feira, 16 de abril de 2018
---------	---------	-------------------	------------------------------------

EDIÇÃO EXTRA

JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS RELATÓRIO



MUNICÍPIO DE LONDRINA
CNPJ Nº 75.771.477/0001-70

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2017

As Demonstrações Contábeis da administração direta da Prefeitura do Município de Londrina, referentes ao exercício financeiro de 2017, correspondem aos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, às Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do sistema integrado de Contabilidade da Administração Municipal (EQUIPLANO). A seguir, serão apresentadas informações comparativas entre os anos de 2017 e o de 2016, a respeito dos resultados orçamentário, patrimonial e financeiro apresentados pela entidade.

Com relação às receitas orçamentárias realizadas, houve uma expansão nominal de 3,75% em relação ao ano de 2016, pois em 2017 totalizou-se o montante R\$ 1.155 milhões, enquanto que em 2016 o montante foi de R\$ 1.113 milhões.

Quanto às despesas orçamentárias (empenhadas e pagas), ocorreu redução nominal em relação ao exercício anterior (4,09% e 3,61%, totalizando R\$ 781 milhões e R\$ 718 milhões, respectivamente). As interferências financeiras às entidades da administração indireta totalizaram R\$ 344 milhões.

Ainda referente ao aspecto orçamentário, em 29 de Setembro de 2017, a Câmara Municipal aprovou a Lei 12.575 (que atualiza a planta de valores de terrenos), o que traz um potencial de incremento à arrecadação Municipal de R\$ 133 milhões a partir do exercício de 2018.

O resultado patrimonial apurado em 2017 foi deficitário em R\$ 98 milhões, apresentando uma contração nominal de 166,58% em relação a 2016 (R\$ 148 milhões). Dentre as principais causas, destacam-se: a constituição de provisão para perdas em ações fiscais (R\$ 20 milhões) e o resultado negativo apurado na participação do município na SERCOMTEL (R\$ 8,5 milhões).

O patrimônio líquido permaneceu com o saldo positivo em mais de R\$ 2 bilhões. Em comparação com o valor de 2016, que foi de 2,150 bilhões, percebe-se que houve uma redução nominal de 7,32%. Os principais itens que contribuíram para esta variação foram o resultado patrimonial negativo apurado no exercício de 2017 (98 milhões) e os ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 50 milhões.

O passivo exigível do Município corresponde a R\$ 640 milhões (sendo 80,85% de obrigações a longo prazo, em especial com empréstimos e financiamento), o que representa 24,20% do total do ativo. Em 2016, o passivo exigível foi cerca de R\$ 600 milhões, equivalendo a 21,81% do total do ativo.

O resultado financeiro atingiu o montante de R\$ 53 milhões em comparação ao resultado do exercício de 2016, que foi negativo em R\$ 10 milhões, havendo então, uma expansão nominal positiva de 439,83%.

Apresentamos, a seguir, primeiramente as demonstrações contábeis e seus quadros extraídos diretamente do sistema contábil (EQUIPLANO). Posteriormente, as mesmas demonstrações extraídas do sistema e exportadas para o Excel com o objetivo de apresentação mais didática.

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO XIV- 2017

ATIVO	NE	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		400.653.438,56	559.766.014,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	196.102.519,52	167.430.531,10
Caixa e Equivalentes a Caixa em Moeda Nacional		196.102.519,52	167.430.531,10
Créditos Realizáveis a Curto Prazo	03	56.002.121,56	260.418.495,45
Créditos Tributário a Receber		82.614.265,32	115.243.474,83
Créditos de Transferências a Receber		19.362.861,83	9.106.672,62
Dívida Ativa Tributária		1.032.609.751,62	900.203.563,64
Dívida Ativa Não Tributária		667.032.658,27	550.353.989,97
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		-1.745.617.415,48	-1.314.489.205,61
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	04	145.940.619,87	129.095.609,17
Adiantamentos Concedidos		0,00	11.793,35
Tributos a Recuperar / Compensar		3.427.098,02	57.390,81
Créditos por Danos ao Patrimônio		17.084.464,25	17.083.761,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		65.188.595,59	40.947.714,39
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo		0,00	0,00
Outros Créditos a Receber e Valores a Receber C. P.		60.240.462,01	70.994.949,18
(-) Ajustes de Perdas de Demais Cr.e Vr.C.Praz		0,00	0,00
Estoques	05	2.608.177,61	2.821.378,65
Almoxarifado		2.608.177,61	2.821.378,65
Outros Estoques		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.242.919.372,63	2.190.642.281,63
Ativo Realizável a Longo Prazo	04	595.909,81	595.909,81
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		595.909,81	595.909,81
Investimentos	06	134.739.777,68	118.552.230,60
Participações Permanentes		134.739.777,68	118.552.230,60
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado	07	2.089.710.220,91	2.070.722.676,95
Bens Móveis		91.645.744,32	86.325.622,10
Bens Imóveis		1.998.064.476,59	1.984.397.054,85
Intangível	08	17.873.464,23	771.464,27
Softwares		793.362,27	771.464,27
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		1.202.884,00	0,00
Direito de Uso de Imóveis		15.877.217,96	0,00
TOTAL DO ATIVO		2.643.572.811,19	2.750.408.296,00

PASSIVO	NE	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE		122.508.757,76	146.932.025,81
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	10	31.048.210,42	28.751.068,11
Pessoal a Pagar		7.047.385,46	2.248.591,33
Benefícios Previdenciários a Pagar		0,00	0,00
Benefícios Assistenciais a Pagar		9.649,34	6.833,17
Encargos Sociais a Pagar		23.991.175,62	26.495.643,61
Empréstimos e Financiam. a Curto Prazo	11	28.870.832,05	52.335.511,31
Empréstimos a Curto Prazo - Interno		19.911.179,96	42.795.854,41
Financiamentos a Curto Prazo - Interno		8.741.632,79	8.697.023,70
Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiam. a Curto Prazo - Interno		218.019,30	842.633,20
Fornecedores e Ctas.a Pagar Curto Prazo	12	4.341.866,59	11.007.363,54
Fornecedores e Ctas a Pagar Nacion.a Curto Prazo		4.341.866,59	11.007.363,54
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	13	286.511,28	297.551,82
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União		284.519,43	296.502,81
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados		1.991,85	1.049,01
Provisões a Curto Prazo	14	1.713.189,80	1.100.000,00
Provisões Para Riscos Fiscais a Curto Prazo		0,00	1.100.000,00
Outras Provisões a Curto Prazo		1.713.189,80	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	15	56.248.147,62	53.440.531,03
Valores Restituíveis		15.116.412,67	11.990.173,74
Outras Obrigações a Curto Prazo		41.131.734,95	41.450.357,29
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		517.351.044,39	452.998.285,18
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	13	294.905.732,33	213.850.891,22
Pessoal a Pagar		76.407.577,80	0,00
Encargos Sociais a Pagar		218.498.154,53	213.850.891,22
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	11	102.232.678,73	118.994.223,99
Empréstimos a Longo Prazo - Interno		41.079.289,52	48.941.110,50
Financiamentos a Longo Prazo - Interno		61.153.389,21	70.053.113,49
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	13	19.085.347,65	19.035.308,96
Obrigações Fiscais a Lon. Prazo com a União		19.085.347,65	19.035.308,96
Provisões a Longo Prazo	14	42.565.934,94	0,00
Provisões para Riscos Fiscais a Lg.Prazo		19.209.845,48	0,00
Outras Provisões a Longo Prazo		23.356.089,46	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	15	58.561.350,74	101.117.861,01
Outras Obrigações a Longo Prazo		58.561.350,74	101.117.861,01
TOTAL DO PASSIVO		639.859.802,15	599.930.310,99
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados	16	2.003.713.009,04	2.150.477.985,01
Resultado do Exercício		-98.616.160,06	148.127.118,80
Resultados de Exercícios Anteriores		2.151.984.861,19	1.320.815.848,86
Ajustes de Exercícios Anteriores		-49.655.692,09	681.535.017,35
Lucros e Prejuízos Acumulados		0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.003.713.009,04	2.150.477.985,01
TOTAL (PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO)		2.643.572.811,19	2.750.408.296,00

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		262.933.434,43	210.063.699,96
Ativo Permanente		2.380.639.376,76	2.540.344.596,04
TOTAL DO ATIVO		2.643.572.811,19	2.750.408.296,00
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro ¹		132.531.444,37	124.276.706,08
Passivo Permanente		606.130.948,31	574.418.969,72
TOTAL DO PASSIVO		738.662.392,68	698.695.675,80
SALDO PATRIMONIAL (I-II)	17	1.904.910.418,51	2.051.712.620,20

¹ Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados

Quadro das Contas de Compensação (Controle)

ATOS POTENCIAIS	NE	2017	2016
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	18		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		4.128.440,07	3.172.618,66
Direitos Conven. e Outros Instr. Congêneres a Receber		17.921.062,16	9.645.774,96
Direitos Contratuais a Executar		200.761.206,15	203.466.000,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		222.810.708,38	216.284.393,62
ATO POTENCIAIS PASSIVOS	19		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		112.218.425,74	119.840.022,26
Obrigações Conven. e Outros Instr. Congêneres a Liberar		1.448.690,80	555.689,29
Obrigações Contratuais a Executar		419.898.909,57	433.988.950,82
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		8.628.955.577,36	7.150.224.050,25
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		9.162.521.603,47	7.704.608.712,62

Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	NE	2017	2016
0 Recursos Ordinários (Livres)		18.875.892,42	1.551.193,16
6 DRM - EC nº 93/2016		1.272.409,36	0,00
52 Plano Municipal de Mobilidade Urbana		3.600.000,00	0,00
69 Receitas Intra-Orçamentárias - P. 869/05 STN		8.842,46	58.696,52
76 IRRF / FMDCA		21.103,68	19.209,13
78 Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-Ld		5.966.935,92	2.368.790,04
79 Recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA		1.718.259,52	1.421.566,34
81 Serviço de Patrulha Rural Mecanizada / SMAA		87.160,43	64.737,04
85 Termo de Compromisso - EIV nº 50/2014 - Boulevard		518.398,54	750.660,27
86 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos		19.684,28	75.423,32
87 Recursos Retidos - Devolução Greve 2006		2.206,70	25.788,15
88 Processamento e Gerenciamento de Créditos / CAIXA		14.979,04	214.569,86
89 Outorga Onerosa do Direito de Construir - FMDU - Lei 12.267/2015		151.657,80	0,00
90 Fundo Municipal de Saneamento Básico e Desenvolvimento Sustentável		20.951.931,82	19.511.284,62

94	Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00
101	FUNDEB 60%	1.722.264,90	1.628.621,51
102	FUNDEB 40%	0,00	8.218,46
103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	33.708,08	3.311.282,23
104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	118.162,14	119.182,14
107	Salário - Educação	1.288.807,92	474.847,93
108	Programa Especial de Apoio Financeiro Suplementar para Manutenção e Desenvolvimento da Educação	202.088,65	96.937,46
109	Programa Dinheiro Direto na Escola - Centro de Educação Infantil João Rampazzo/PDDE/FNDE/SME	1.389,67	539,90
110	Programa Nacional de Alimentação Escolar / Ensino Fundamental - PNAE	0,00	0,00
111	Escritura Pública de Assunção de Obrigação - Ana/Jorge Baldin	79.890,54	181.637,41
117	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	72.400,89	46.791,50
125	Transporte Escolar - PETE / ESTADO	168.241,90	184.713,74
128	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM Urbano	4.204,01	3.926,75
129	Convênio - Alimentação Escolar / FNDE / SME	410.251,32	334.120,26
130	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano II	206.280,20	192.883,54
131	Programa Proinfância - Convênio nº 656.977 / SME	50.604,34	36.232,43
132	Convênio nº 272009412/2009/SEED-Escola Indígena	0,00	0,00
133	Programa ProInfância - Construção de Escolas - Jd. Sabará / Pq. das Indústrias	413.054,37	367.429,44
134	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano II / 2012	659.911,99	603.462,90
135	Programa Proinfância - PAC 2 - Termo de Compromisso 202932/2012	3.155.364,05	2.942.900,69
136	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso 201300243- FNDE / MEC /SME	109.521,72	88.648,83
137	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso 201301257 - FNDE / MEC / SME	541.081,24	25.106,21
138	Programa Proinfância / Metodologias Inovadoras - Termo de Compromisso PAC 2 - 04099/2013 - FNDE	1.066.496,37	1.009.201,97
139	Programa Proinfância / Metodologias Inovadoras - Termo de Compromisso PAC 2 - 06734/2013 - FNDE	998.287,87	934.202,84
140	Programa Proinfância/Metodologias Inovadoras-Termo de Comprom.PAC 2 - 07008/2013 - FNDE	994.415,90	930.579,41
141	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201306184 - FNDE / MEC / SME	0,00	0,00
142	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201402983 - FNDE / MEC / SME	46.264,00	43.778,61
143	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201401789 - FNDE / MEC / SME	4.123,40	3.901,88
144	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201401678 - FNDE / MEC / SME	-58.224,00	-58.224,00
145	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compr. nº 201403153/2014-FNDE MEC/SME	114.332,65	137.375,11

146	Programa Proinfância - Termo de Compromisso PAC 2 - 09790/2014 - FNDE / MEC / SME	132.421,85	125.307,87
147	Programa Brasil Carinhoso - FNDE / MEC / SME	612.232,42	634.181,94
148	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201403032 - FNDE / MEC / SME	145,78	137,95
150	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201600016 - FNDE / MEC / SME	21.358,52	104.400,07
151	Caucionamento para Unidade Escolar - 71008	374.430,95	0,00
152	Caucionamento para Unidade Escolar - 71009	106.225,78	0,00
303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	0,00	0,00
501	Receitas de Alienações de Ativos	779.573,52	1.039.367,36
504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	679.810,92	455.587,07
507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	32.395.248,39	34.089.006,62
510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	884.976,17	972.873,78
511	Taxas - Prestação de Serviços	257.750,72	207.682,92
512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	730.944,00	583.332,32
515	FUNREBOM	5.360.659,99	5.771.257,03
556	Transferências Lei 9615/98	142.099,95	131.854,37
601	Operações de Crédito - PMAT/BNDES	233,44	223,78
603	Programa de Interven. Viárias-PROVIAS/BNDES	0,00	0,00
605	Pavimentação e Viaduto - Agência de Fomento do Paraná/2010	5.977,51	5.379,23
610	Operações de Crédito - Agência de Fomento do Paraná S.A.	18.845,34	17.880,91
614	Operação de Crédito / PMAT	635.731,48	184.468,31
615	Operação de Crédito - PAC 2 - Rua Antônio Carvalho	0,00	365,34
	Lage acesso à PR-445 e Avenida Angelina Ricci		
616	Operação de Crédito - PAC 2 - PRÓ -TRANSPORTE - Arco Leste	-138.217,73	-3.370.076,94
618	Oper.de Crédito-PAC 2-PRÓ-TRANSPORTES BHLS	-240.606,81	-2.917.556,90
619	Operação de Crédito - AFPR - Pavimentação / Recape Vias Urbanas	-184.425,49	-728.703,84
620	Operação de Crédito - AFPR - Equipamentos Rodoviários / PROMAP	73.741,79	67.408,28
621	Operações de Crédito Ampliação e Modernização do Aeroporto - AFPR	77.374,30	73.217,59
625	Operação de Crédito para Desapr.de Imóveis/Ampl.e Modern.do Aeroporto - AFPR /	222.831,79	75.416,10
700	Convênio nº 813735/2014 - Promoção da Igualdade Racial / Chefia de Gabinete	182,03	82.769,93
703	Convênio Informação e Readequação do Acervo de Bibliotecas - SETI/SMC	0,00	0,00
705	Convênio MTE/SENAES nº 754229/2010 Apoio ao Centro Público de Economia Solidária	0,00	0,00
706	Contrato de Repasse 0301551-32/2009/ Min.Cidades/CAIXA/Programa FNHIS/SMG/FMHL	1.516.893,36	-595.502,74
707	Contrato de Repasse 0333291-52/2010/FNAS/ CAIXA/Construção CRAS - Norte A - SMAS/	0,00	0,00

708	Contrato de Repasse 0338620-44/2010/FNAS/ CAIXA/Construção CRAS - Centro B - SMAS	1.594,69	1.594,69
709	Convênio nº 742236/2010 / MINC / FNC - Agentes de Leitura / SMC	0,00	-3.047,17
711	Plano de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas MDSCF / FNAS	0,00	503,45
712	Contrato de Repasse 0333292-66/2010/FNAS/ CAIXA/Construção CRAS - Norte B - SMAS	0,00	0,00
713	Contrato de Repasse 0333293-70/2010/FNAS/ CAIXA/Construção CRAS - Centro A - SMAS	0,00	0,00
714	Convênio - Construção de Pista de Bicicross	0,00	77.828,58
715	Convênio nº 750130/2010/SNAS/MDS- Habilitação/Reabilitação Pessoa c/Deficiência	0,00	0,00
716	Contrat. Repasse 0333286-88/2010/FNAS/CAIXA-Ampl. Centro de Conviv. Idoso- Obras	0,00	0,00
717	Convênio nº 145/2008/SNAS/MDS - Aquis. Equipamentos p/ a Rede de Proteção Social	0,00	0,00
718	PEC - Praça dos Esportes e da Cultura - Santa Rita / SMOP	269.069,29	315.568,91
719	Convênio MTE/SPPE/CODEFAT Nº 095/2007 - SMTER	1.154,57	1.154,57
721	Convênio nº 374/2011 - FIA / SEDS - SMAS / FMDCA	0,00	0,00
722	Academias ao Ar Livre - Contrato de Repasse nº 0363904- 99/2011/ME/Caixa/SM	0,00	0,00
724	Convênio nº 242 / DEFNAS / SNAS / MDS / 2008 - SMAS / FMAS	403,12	0,00
726	Contrato de Repasse nº 0369200-15/2011/Min Cidades/Caixa - SMOP	0,00	0,00
727	Convênio nº 025/2011/SPM/PR / SMPM	0,00	1.110,38
728	Convênio nº 009/2011 - SEIL / Estado do Paraná - Ampliação do Aeroporto Londrina/PML	0,00	-0,10
729	Contrato de Repasse nº 0373169-02/2011 / Ministério do Esporte / CAIXA - SMOP	37.627,65	-14.656,71
730	Convênio nº 776780/2012 - MTE / SPPE / CODEFAT nº 125/2012 / SMTER	191.596,46	-105.842,48
732	PEC- Mobilização Social e Gestão da Praça dos Esportes e Cultura - Santa Rita / FMAS	13.749,56	12.655,81
733	Convênio - Programa Liberdade Cidadã - Medidas Socioeducativas em meio aberto / FIA / SMAS	0,00	155.628,74
734	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego / PRONATEC / BSM / FMAS	1.218.686,41	1.057.203,54
735	Contrato de Repasse nº 775663/2012/ FNAS / CAIXA - Construção do CRAS - Região Leste	140.657,28	134.293,23
736	Contrato de Repasse nº 775749/2012/ FNAS / CAIXA - Construção do Centro POP	0,00	0,00
739	Promoção e Fortalec.da Agric.Familiar-C.Repasse nº 792823/2013- MDA/Caixa/SMAA	40.774,28	127.215,57
740	Programa Prodesa - Contrato de Repasse nº 793661/2013 - MAPA / CAIXA / SMAA	3.967,18	341,51
743	Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/JORNADA	0,00	0,00
744	Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/BOLSA	0,00	0,00

748	Convênio - Apoio ao Manejo e Fertilização de Solo - SEAB / SMAA	0,00	0,00
749	Convênio - Caminho das Pedras - SEAB / SMAA	-368,03	46.660,30
751	Programa de Proteção Social Básico ao Jovem de 15 a 17 anos - Bolsa	0,00	0,00
753	Programa de Proteção Social Básica à Infância	0,00	0,00
754	Contrato de Repasse nº 787272/2013 - Constr.de Centro de Trein.para Ciclismo / ME / CAIXA /	47.748,14	47.748,14
755	Serviços de Convivência e Fortalec.de Vínculos - Piso Básico Variável - PBV / SCFV / SMAS	0,00	829,02
756	Termo de Compromisso nº 0425966-70/2014 / Ministério do Esporte / Caixa - Centro de	-15.000,00	-15.000,00
757	Progr.de Proteção Social Básica-Variável/2006	0,00	0,00
758	Progr.de Proteção Social Especial - Fixo / 2006	768,30	4.647,08
759	Progr.de Proteção Social Especial-Variável/2006	0,00	520,49
760	Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS	2.541,89	2.405,33
762	Convênio para Execução do Trabalho Social - Nova Esperança I / CAIXA	436,86	2.069,08
763	Convênio para Execução do Trabalho Social - Nova Esperança II / CAIXA	311,69	1.948,00
764	Convênio para Execução do Trabalho Social - Nova Esperança III / CAIXA	569,28	2.194,50
765	Convênio para Execução do Trabalho Social - Quatro Bairros / CAIXA	2.318,02	19.807,60
766	Convênio para Execução do Projeto de Trabalho Social - Residencial Alegro Village / CAIXA	-88.643,60	0,00
768	Programa PRODESA - Contrato de Repasse nº 804717/2014 - MAPA / CAIXA / SMAA	943,51	943,51
769	Programa PRONAT - Contrato de Repasse nº 804449/2014 / MDA / CAIXA / SMAA	0,00	5.353,57
771	Convênio nº 802248/2014 - Estrut.da Rede de Serv.de Proteção Social Especial - SMAS	130.821,56	122.719,11
773	Contrato de Repasse nº 803985/2014 - Implan.de Pavimentação de Trechos de Vias Urbanas /	0,00	2.157,77
775	Contrato de Repasse nº 784287/2013 - Implan. de Quadra de Areia, Iluminação e Arquibancada	38.345,09	37.636,25
777	Contrato de Repasse nº 814471/2014 - Impl.da Pista de Bicicross-Segunda Fase/Ministério	45.081,44	9.900,73
779	Contrato de Repasse nº 805049/2014/ Ministério do Esporte / CAIXA - SMOP	38.824,09	-26.477,90
780	Plano de Ação Para Cofinanciamento do Gov. Est. - Calamidades Públicas e Emergências /2016	0,00	0,00
782	CONVENIO - EXECUÇÃO ROTATÓRIA, PAVIM. E DUPLIC.DE VIAS PÚBLICAS MUN.	0,00	0,00
783	CONVENIO - EXECUCAO DE PAVIMENTACAO E ALARGAMENTO DE VIAS PUBLICAS NO	0,00	0,00
784	Piso de Transição de Média Complexidade - Pessoa com Deficiência	0,00	0,00
785	Progr.de Erradic.do Trabalho Infantil - Jornada	0,00	0,00

786	Progr.de Erradic.do Trabalho Infantil - Bolsa	0,00	0,00
787	Piso Básico de Transição - Infância/Idoso	3.649,28	186,40
788	PROTECAO SOCIAL BASICA AO JOVEM DE 15 A 17 ANOS - BOLSA AG. JOVEM	0,00	0,00
789	Programa de Atenção Integral à Família - PAIF/2006	17.248,28	3.943,39
795	Convênio nº 806553/2014 - Abertura de Estradas Rurais / MDA / INCRA / SMAA	63.512,62	41.688,49
811	Recursos Federais para Ações de Recuper.de Infraestr.Destruída/Danificada por Desastres - MI	16.690,11	-4.097.852,11
812	Serviço de Acolhimento Instituc.para Adultos e Famílias/Piso Paranaense de Assist.Social - PPAS	1.782,23	77.045,93
813	Convênio nº 24/2016-Recuper.da Trafegabilidade de Estradas Rurais-2016/SEAB/SMAA	0,00	1.157,75
815	Serviço de Acolhim.para Crianças, Adolesc.e Jovens de até vinte e um anos / Piso Paranaense	281.906,98	198.469,20
816	Convênio nº 825.686/2015 - Aquis. de Caminhões para Manut.de Estradas Rurais na Região Sul	-711.809,98	-711.809,98
817	Contrato de Repasse nº 833651/2016-Equip. MAPA / CAIXA	86.677,50	0,00
818	Contrato de Repasse nº 822767 / 2015 / Ministério do Esporte / Caixa	-870,55	0,00
825	Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa - AFAI	372.000,00	0,00
826	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV - FIA/PR	167.960,00	0,00
835	Projeto Índice de Gestão Descentralizada - IGD	2.642.356,04	2.763.981,71
838	Convênio Ministério da Cultura nº 630/05	33.595,13	31.790,33
841	Programa Piso de Alta Complexidade II - SMAS	0,00	6.257,20
843	Cofinanciamento Centro POP - Piso Paranaense de Assistência Social II - PPAS II	144.296,98	139.606,78
845	Transferências Voluntárias Públicas Federais	0,00	0,00
847	Construção do Teatro Municipal	1.556.440,43	-1.211.963,11
848	Termo de Convênio nº 661/MDS/2005/SMAS	0,00	0,00
861	Convênio - Proteção Especial - Portaria nº 222/2008 - MDS/SMAS	0,00	1.917,90
862	Programa Atitude - SECJ/SMAS	0,00	0,00
867	Co-financiamento do Piso Variável de Média Complexidade / MDS - PETI / Jornada	408,59	0,00
868	Benefício de Prestação Continuada - BPC / MDS / FNAS / SMAS / FMAS	17.428,19	2.398,56
873	Convênio - Quadras Vila Nova e Conjunto Parigot de Souza / SMOP	0,00	0,00
876	Contrato de repasse nº 0300716-95/2009/Caixa	-407.278,13	-413.798,88
877	Contrato de repasse nº 0314363-25/2009/Caixa	0,00	0,00
878	Contrato de repasse nº 0315160-02/2009/CAIXA	0,00	0,00
880	Contribuições e Legados de Entidades não Governamental ECA / FMDCA	6.440.273,49	5.022.195,17
881	Contrato de repasse nº 0313332-29/2009/Caixa	0,00	0,00
882	Piso Básico Variável II - PBV II / FMAS	880,00	823,90
886	Implantação de Academias ao Ar Livre - CR nº 0327722-47/2010 / Min. do Esporte	0,00	0,00

888	Contrato de Repasse nº 780364/2012/Ministério das Cidades/Caixa - SMOP	77.132,79	8.213,51
893	Conv. MDS/FMAS - Ampl. Centro de Convivência Benedito Camargo Sobrinho - Equip.	0,00	0,00
894	Programa Piso Fixo e Média Complexidade - PFMC II	0,00	2.964,82
896	Convênio MDS / Restaurante Popular	0,00	0,00
897	Contrato de Repasse nº 0267219-63/2008 / MT/ CAIXA - Centro Cultural da Região Sul	-250.537,69	-252.089,20
898	Implantação de Academias ao Ar Livre - CR nº 0327723-52/2010/Min. do Esporte	0,00	0,00
900	Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - IN RFB nº 1131/2011	2.431.379,99	2.846.512,96
934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	1.128.862,16	766.504,91
935	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	21.495,75	18.308,67
936	Componente para Qualificação da Gestão - SUAS	418.810,68	259.465,32
938	Bloco de Financ. da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	1.569.284,97	961.532,47
939	Bloco de Financ. da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	1.167.221,50	571.430,74
940	Bloco de Financ. da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	908.387,93	0,00
Total das Fontes de Recursos		20	130.401.990,06
			85.786.993,88

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO XV- 2017

FONTES DE RECURSOS	NE	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	21	1.608.464.182,59	2.337.607.626,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		625.543.197,31	584.737.393,70
Impostos		589.333.041,29	546.871.195,22
Taxas		35.723.931,28	37.048.731,80
Contribuições de Melhoria -		486.224,74	817.466,68
Contribuições		40.373.745,17	30.960.647,19
Contribuições Sociais		3.427.098,02	0,00
Contribuições de Interv. no Domínio		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		36.946.647,15	30.960.647,19
Contribuições de Interesse das Categorias		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		981.032,34	2.715.289,17
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prest.de		981.032,34	2.715.289,17
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		155.002.823,13	182.898.753,74
Juros e Encarg. de Emp. e Financ. Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		66.262.315,02	63.136.811,31
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		22.422.114,74	28.974.643,46
Outras Variações Patrim.Aument. – Financeiras		66.318.393,37	90.787.298,97
Transferências e Delegações Recebidas		519.090.743,89	487.406.904,19
Transferências Intragovernamentais		4.246.127,87	163.674,63
Transferências Intergovernamentais		510.581.658,47	485.181.513,22
Transferências das Instituições Privadas		2.162.236,70	1.660.302,63
Transferências das Inst. Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		1.860.038,31	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		240.682,54	401.413,71
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos		2.850.822,87	28.968.692,65
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		12.260,00	236.192,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.838.562,87	24.744.800,00
Ganhos com Desincorporação de Ativos		0,00	0,00
Reversão de Redução a Valor Recuperável		0,00	3.987.700,65
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		264.621.817,88	1.019.919.946,27
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		99.131.759,70	523.979.176,34
Resultado Positivo de Participações		17.203.439,46	5.271,66
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		47.753.890,01	360.903.595,46
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		100.532.728,71	135.031.902,81

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.707.080.342,65	2.189.480.508,11
Pessoal e Encargos	452.625.707,08	453.486.868,95
Remuneração a Pessoal	296.647.276,25	288.357.603,84
Encargos Patronais	83.807.725,01	94.334.426,35
Benefícios a Pessoal	23.231.665,26	23.225.294,36
Outras Variações Patrim. Dim. - Pessoal e	48.939.040,56	47.569.544,40
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	88.335,85	97.989,62
Aposentadorias e Reformas	79.829,93	82.965,81
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	8.505,92	15.023,81
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	146.517.541,53	151.757.505,73
Uso de Material de Consumo	24.311.186,04	25.633.615,52
Serviços	122.206.355,49	126.123.890,21
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	66.131.353,83	179.273.395,24
Juros e Encargos de Empr. e Financ. Obtidos	63.787.649,40	147.316.399,93
Juros e Encargos de Mora	19.247,65	32.993,88
Variações Monetárias e Cambiais	2.324.456,78	31.924.001,43
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrim. Diminutivas - Financ.	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	397.044.610,76	382.807.039,72
Transferências Intragovernamentais	344.461.111,27	333.129.361,33
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	50.723.461,18	49.482.300,70
Transferências a Inst. Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	1.860.038,31	195.377,69
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorp. de Passivos	491.589.547,75	895.342.773,68
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para	488.709.097,38	530.927.000,60
Perdas com Alienação	16.960,00	0,00
Perdas Involuntárias	24.927,50	28.636,60
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	2.838.562,87	364.387.136,48
Tributárias	10.534.190,39	10.451.494,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	421.711,10	997.795,44
Contribuições	10.112.479,29	9.453.699,31
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos - CPV	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados - CSP	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	142.549.055,46	116.263.440,42
Premiações	4.286,70	0,00
Resultado Negativo de Participações	8.567.625,74	0,00
Incentivos	3.636.263,92	5.174.976,16
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	20.155.629,25	50.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	110.185.249,85	111.038.464,26
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	21	-98.616.160,06
		148.127.118,80

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

DISCRIMINAÇÃO	NE 22	2017	2016
Incorporação de Ativo		46.705.837,90	63.697.036,31
Desincorporação de Passivo		36.504.968,46	33.703.721,71
Incorporação de Passivo		9.146.257,68	33.988.000,19
Desincorporação de Ativo		12.260,00	236.192,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO XII - 2017

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE 24	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo c = (b - a)
RECEITAS CORRENTES		1.176.083.000,00	1.181.160.559,98	1.138.136.365,47	-43.024.194,51
Receitas de Impostos		483.695.000,00	483.695.000,00	508.479.412,72	24.784.412,72
Impostos		471.478.000,00	471.478.000,00	489.251.053,98	17.773.053,98
Taxas		30.530.000,00	30.530.000,00	29.552.966,26	-977.033,74
Contribuição de Melhoria		15.000,00	15.000,00	3.185,56	-11.814,44
(-) Deduções Receita Tributária		-18.328.000,00	-18.328.000,00	-10.327.793,08	8.000.206,92
Receitas de Contribuições		33.297.000,00	33.297.000,00	36.846.876,23	3.549.876,23
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		33.299.000,00	33.299.000,00	36.846.876,23	3.547.876,23
(-) Deduções de Receitas de Contribuições		-2.000,00	-2.000,00	0,00	2.000,00
Receita Patrimonial		28.817.000,00	29.115.046,67	25.126.908,59	-3.988.138,08
Receitas Imobiliárias		5.000,00	5.000,00	0,00	-5.000,00
Receitas de Valores Mobiliários		26.171.000,00	26.469.046,67	22.422.114,74	-4.046.931,93
Receitas de Concessões e Permissões		2.640.000,00	2.640.000,00	2.704.793,85	64.793,85
Outras Receitas Patrimoniais		1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
(-) Deduções de Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		1.108.000,00	1.108.000,00	875.039,22	-232.960,78
Transferências Correntes		533.680.000,00	536.992.460,92	491.639.440,56	-45.353.020,36
Transferências Intergovernamentais		530.652.000,00	531.102.559,80	489.282.483,15	-41.820.076,65
Transferências de Instituições Privadas		1.326.000,00	1.326.000,00	1.640.523,50	314.523,50
Transferências de Pessoas		1.095.000,00	1.095.000,00	260.392,54	-834.607,46
Transferências de Convênios		607.000,00	3.468.901,12	456.041,37	-3.012.859,75
Outras Receitas Correntes		95.486.000,00	96.953.052,39	75.168.688,15	-21.784.364,24
Multas Juros de Mora		28.393.000,00	29.096.445,22	42.153.284,86	13.056.839,64
Indenizações e Restituições		913.000,00	913.000,00	1.672.138,72	759.138,72
Receita da Dívida Ativa		61.610.000,00	62.373.607,17	54.085.062,12	-8.288.545,05
Receitas Diversas		4.612.000,00	4.612.000,00	3.125.338,21	-1.486.661,79
(-) Deduções de Outras Receitas Correntes		-42.000,00	-42.000,00	-25.867.135,76	-25.825.135,76
RECEITAS DE CAPITAL		95.799.000,00	99.887.837,24	17.500.627,77	-82.387.209,47
Operações de Crédito		81.505.000,00	82.280.000,00	9.146.257,68	-73.133.742,32
Operações de Crédito Internas		78.505.000,00	79.280.000,00	9.146.257,68	-70.133.742,32
Operações de Crédito Externas		3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	-3.000.000,00
Alienação de Bens		570.000,00	570.000,00	12.260,00	-557.740,00
Alienação de Bens Móveis		427.000,00	427.000,00	0,00	-427.000,00
Alienação de Bens Imóveis		143.000,00	143.000,00	12.260,00	-130.740,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital		13.704.000,00	17.017.837,24	8.342.110,09	-8.675.727,15
Transferências Intergovernamentais		1.953.000,00	2.252.963,97	520.348,28	-1.732.615,69
Transferências de Instituições Privadas		0,00	459.890,20	459.959,20	69,00
Transferências de Convênios		11.751.000,00	14.304.983,07	7.361.802,61	-6.943.180,46
Outras Receitas de Capital		20.000,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
Outras Receitas		20.000,00	20.000,00	0,00	-20.000,00

QUADRO DE DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	29	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - f)
DESPESAS CORRENTES (I)		117.757.000,00	108.516.519,51	96.095.494,58	96.026.932,51	83.267.896,05	68.562,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		108.145.000,00	94.896.519,51	82.974.383,92	82.974.383,92	70.245.979,20	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		9.311.000,00	13.319.000,00	12.821.110,66	12.821.110,66	12.821.110,66	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		301.000,00	301.000,00	300.000,00	231.437,93	200.806,19	68.562,07
DESPESAS DE CAPITAL (II)		21.368.000,00	15.532.608,98	15.473.623,68	15.473.623,68	15.473.623,68	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		21.368.000,00	15.532.608,98	15.473.623,68	15.473.623,68	15.473.623,68	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)		139.125.000,00	124.049.128,49	111.569.118,26	111.500.556,19	98.741.519,73	68.562,07
SUPERÁVIT (IV)		0,00	15.075.871,51	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)		139.125.000,00	139.125.000,00	111.569.118,26	111.500.556,19	98.741.519,73	68.562,07

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
		(a)	(b)				
DESPESAS CORRENTES		34.210.376,01	30.399.450,28	12.347.406,32	12.333.643,49	4.366.847,17	47.895.572,80
Pessoal e Encargos Sociais		8.032.768,57	7.473.058,21	0,00	0,00	14.547,96	15.491.278,82
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		26.177.607,44	22.926.392,07	12.347.406,32	12.333.643,49	4.352.299,21	32.404.293,98
DESPESAS DE CAPITAL		5.472.122,35	28.683.416,17	25.042.873,65	24.874.745,73	4.766.832,85	4.345.832,02
Investimentos		5.472.122,35	28.683.416,17	25.042.873,65	24.874.745,73	4.766.832,85	4.345.832,02
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	32	39.682.498,36	59.082.866,45	37.390.279,97	37.208.389,22	9.133.680,02	52.241.404,82

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO			
		(a)	(b)			
DESPESAS CORRENTES		1.632.952,30	7.426.995,84	7.261.964,48	1.354.428,09	443.555,57
Pessoal e Encargos Sociais		67.929,93	158.030,30	158.280,00	63.019,77	4.660,46
Juros e Encargos da Dívida		0,00	657.650,19	657.650,19	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		1.565.022,37	6.611.315,35	6.446.034,29	1.291.408,32	438.895,11
DESPESAS DE CAPITAL		2.133.175,45	2.328.043,94	2.580.675,15	151.820,51	1.728.723,73
Investimentos		2.132.009,50	1.368.138,84	1.620.770,05	150.654,56	1.728.723,73
Inversões Financeiras		1.165,95	0,00	0,00	1.165,95	0,00
Amortização da Dívida		0,00	959.905,10	959.905,10	0,00	0,00
TOTAL	33	3.766.127,75	9.755.039,78	9.842.639,63	1.506.248,60	2.172.279,30

BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO XV - 2017

INGRESSOS	NE	2017	2016
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)		1.155.703.172,04	1.113.874.683,57
Ordinária		911.537.821,02	870.182.844,67
Vinculada		244.165.351,02	243.691.838,90
Transferências do FUNDEB		155.473.418,88	139.653.263,74
Transferências Voluntárias		11.960.415,91	6.826.052,13
Alienação de Bens		107.690,60	339.967,35
Operação de Crédito		9.609.537,98	34.594.554,80
Contrato de Rateio-Cons.Público		0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência		0,00	0,00
Transferências de Programas		16.145.635,10	17.994.934,04
Valores Restituíveis		0,00	0,00
Outras Origens		14.416.551,18	13.820.070,90
COSIP		32.993.019,98	26.774.082,22
FUNREBOM		3.459.081,39	3.688.913,72
Transferências Financeiras Recebidas (II)		3.737.184,52	163.124,63
Recebimentos Extraorçamentários (III)		726.298.457,06	686.433.072,50
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		210.063.699,96	219.857.501,06
Caixa e Equivalentes de Caixa		167.430.531,10	181.971.934,25
Realizável		42.633.168,86	37.885.566,81
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	34	2.095.802.513,58	2.020.328.381,76

DISPÊNDIOS	NE	2017	2016
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)		781.008.118,56	812.963.888,09
Ordinária		552.692.957,61	540.995.077,33
Vinculada		228.315.160,95	271.968.810,76
Transferências do FUNDEB		156.173.741,64	153.137.589,41
Transferências Voluntárias		3.542.062,22	9.899.673,11
Alienação de Bens		528.794,91	0,00
Operação de Crédito		3.163.097,50	34.867.586,75
Contrato de Rateio-Cons.Público		0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência		0,00	0,00
Transferências de Programas		12.454.002,67	15.136.809,82
Valores Restituíveis		0,00	0,00
Outras Origens		13.662.523,76	18.841.883,48
COSIP		34.882.379,16	34.096.714,41
FUNREBOM		3.908.559,09	5.988.553,78
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		344.457.170,44	333.129.361,33
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		707.403.790,15	664.171.432,38
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	35	262.933.434,43	210.063.699,96
Caixa e Equivalentes de Caixa		196.102.519,52	167.430.531,10
Realizável		66.830.914,91	42.633.168,86
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	34	2.095.802.513,58	2.020.328.381,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - 2017

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2017	2016
INGRESSOS		1.141.873.549,99	1.075.021.160,81
Receitas derivadas e originárias		571.328.236,76	622.092.830,99
Transferências correntes recebidas		495.376.625,08	452.862.151,02
Outros ingressos operacionais		75.168.688,15	66.178,80
DESEMBOLSOS		1.025.982.062,49	1.028.079.059,31
Pessoal e demais despesas		417.412.631,92	457.152.376,14
Juros e encargos da dívida		22.993.938,61	22.557.205,78
Transferências concedidas		344.457.170,44	384.638.889,53
Outros desembolsos operacionais		241.118.321,52	163.730.587,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		115.891.487,50	46.942.101,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	2017	2016
INGRESSOS		12.260,00	236.192,00
Alienação de bens		12.260,00	236.192,00
Amort. de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		46.648.729,84	63.746.742,88
Aquisição de ativo não circulante		35.124.403,04	53.546.260,58
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		11.524.326,80	10.200.482,30
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-46.636.469,84	-63.510.550,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	NE	2017	2016
INGRESSOS		17.554.546,57	38.780.455,39
Operações de crédito		9.146.257,68	33.988.000,19
Integralização do capital social de empresas dependentes		0,00	0,00
Transferências de capital recebidas		8.342.110,09	4.792.455,20
Outros ingressos de financiamentos		66.178,80	0,00
DESEMBOLSOS		37.066.068,69	33.724.440,76
Amortização /Refinanciamento da dívida		37.066.068,69	33.724.440,76
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		-19.511.522,12	5.056.014,63
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVAL. DE CAIXA (I+II+III)		49.743.495,54	-11.512.434,75
FLUXO DE MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTARIOS	NE	2017	2016
OUTROS INGRESSOS		663.479.000,23	617.595.166,27
Valores Restituíveis		663.479.000,23	617.595.166,27
OUTROS DESEMBOLSOS		660.352.761,30	615.876.532,62
Valores Restituíveis		660.352.761,30	615.876.532,62
FLUXO DE CAIXA DE OUTRAS MOVIMENTAÇÕES -RESTITUÍVEIS		3.126.238,93	1.718.633,65
OPERAÇÕES LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	NE	2017	2016
Caixa e Equivalente a Caixa Inicial		210.063.699,96	219.857.501,06
Caixa e Equivalente a Caixa Final		262.933.434,43	210.063.699,96
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	36	52.869.734,47	-9.793.801,10

NOTAS EXPLICATIVAS**NOTA 01-Práticas Contábeis e Base de Preparação das Demonstrações**

Os referidos demonstrativos foram preparados utilizando-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 7ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) válido para 2017, bem como considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas não foram observadas em sua integridade, foram utilizadas de maneira subsidiária. Isso porque as IPSAS ainda não possuem aplicação integral e obrigatória para as entidades governamentais brasileiras, porém, quando não há norma semelhante ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômicos. De igual modo, as Normas Internacionais para Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) foram utilizadas de maneira subsidiária.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis corresponde ao fornecimento de informações, aos usuários internos e externos, sobre a gestão do Patrimônio Público Municipal, referentes à posição e à mutação do patrimônio público, ao desempenho econômico-financeiro, à execução orçamentária, aos fluxos de caixa, aos fluxos financeiros e a outros dados que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo Municipal.

As estruturas e a composição de tais demonstrativos estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP's, no PCASP e no MCASP, apresentando as particularidades relacionadas a seguir, derivadas das características dos procedimentos adotados pelo Município:

- Apresentação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da Demonstração das Variações Patrimoniais, mesmo sendo de evidenciação facultativa no modelo PCASP. As informações sobre a execução de despesas orçamentárias que causam tais variações também estão disponíveis no Balanço Orçamentário e em seus quadros anexos;
- O uso de conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme artigos 1º e 2º do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;
- Na Demonstração dos Fluxos de Caixa também são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, devido ao princípio de unidade de caixa, existem recursos extraorçamentários que transitam na conta única;
- Ainda em relação à conta única, a sua utilização, em função de arrecadação de receitas e dos demais usos legalmente autorizados, por entidade não integrantes do OFSS, podem implicar em saldo residual nas transferências financeiras recebidas e concedidas que são evidenciadas tanto no Balanço Financeiro quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Apresentação dos saldos utilizados para a abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário cuja fonte de recursos é derivada de Superávit Financeiro, ou seja, recursos que foram arrecadados em exercícios anteriores e apurados mediante a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro no Balanço Patrimonial. Tais recursos não são considerados receitas orçamentárias, pois foram arrecadadas em exercícios anteriores.

1.1 - Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Em 24 de setembro de 2015 foi publicada a Portaria STN nº 548, que dispõe sobre os prazos limites para a adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, tendo como objetivo a consolidação do Balanço do Setor Público Nacional. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634 (Art. 6º e 7º), de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

Em relação aos Municípios, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro a seguir, em ordem cronológica crescente de exigibilidade para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP).

PIPCP - Procedimentos e Prazos para os Municípios com mais de 50 mil habitantes

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
a) 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato Implantado	Imediato	(Dados de 2015) 2016
b) 12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato Implantado	Imediato	2017 (Dados de 2016)
c) 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015 Implantado	01/01/2016 Implantado	(Dados de 2016) 2017
d) 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017 Implantado	01/01/2018 Implantado	2019 (Dados de 2018)
e) 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2017 Em Implantação	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)

f) 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	(Dados de 2020) 2021
g) 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em NOTAs explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	(Dados de 2020) 2021
h) 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
i) 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
j) 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
k) 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
l) 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
m) 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)
n) 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
o) 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
p) 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)
q) 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.		
r) 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.		
s) 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos	A ser definido em ato normativo específico.		

A implantação dos procedimentos descritos nos itens de 'a, b, c e d' já foi finalizada até o exercício de 2017. Os procedimentos descritos no item "e" estão em implantação e há previsão de registro no decorrer do exercício de 2018, conforme estabelecido no PIPCP.

No PIPCP há recomendação de que cada ente da federação realize seu próprio plano de ação referente à implantação dos procedimentos contidos no documento, de forma que a conclusão da implantação coincida com os prazos finais estabelecidos. Neste sentido, o Município está em dia com a implantação dos procedimentos e vem realizando os trabalhos necessários à conclusão dos mesmos dentro dos prazos estabelecidos.

1.2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Município, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP:

a) Moeda funcional

A moeda funcional do Município é o Real, não havendo em 2017 nenhuma operação financeira em moedas estrangeiras.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Depósitos restituíveis

De acordo com o Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, o Município está obrigado a adotar o princípio de unidade de caixa. Segundo o referido decreto: "A realização da receita e despesa do Município far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade caixa" (Art. 1º).

De modo expresse, o referido instrumento estabelece que o conceito adotado para receita é "para todo e qualquer ingresso de caráter obrigatório ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, seja geral ou vinculado [...]", de modo tácito, pode-se estender as características apresentadas para caracterizar o conceito de despesa.

Deste modo, observa-se que o princípio de unidade de caixa estabelece que todos os ingressos e dispêndios do Município sejam controlados em único grupo que representará o Caixa da Entidade. No modelo PCASP, isto ocorre mediante o uso do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no Ativo Circulante.

Neste sentido, os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentárias e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

d) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e quando aplicável é constituído ajuste para perdas.

e) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

f) Estoques

Compreendem bens e mercadorias em estoque no almoxarifado para consumo ou desenvolvimento das atividades, avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado (Art. 106 da Lei 4.320/1964). Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado (MCASP).

g) Ativo realizável a longo prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, principalmente, com: créditos tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos e investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas específicas nas respectivas operações.

Para todos os ativos deste item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

h) Ajuste para perdas dos créditos tributários

O ajuste para perdas de créditos tributários é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos, não sendo utilizados na sua base de cálculo os parcelamentos de créditos que foram considerados como totalmente recuperáveis.

i) Ajuste para perdas de dívida ativa

O ajuste para perdas de dívida ativa é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos, não sendo utilizados na sua base de cálculo os parcelamentos de créditos que foram considerados como totalmente recuperáveis.

Informa-se que está em andamento, no âmbito da Procuradoria-Geral do Município (PGM), estudo que objetiva analisar e propor uma classificação dos créditos sob sua supervisão, de acordo com os perfis de recuperabilidade.

j) Investimentos

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos realizados pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem: quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e, nos casos em que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

k) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso não ocorra a geração de tais benefícios, tais itens são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

l) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

m) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, da redução a valor recuperável, da depreciação, da amortização e da exaustão na Administração Pública Direta têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBCASP, e o MCASP.

n) Passivo circulante e não circulante

As obrigações do Município, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

o) Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos. Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações.

p) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; provisões matemáticas e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais nas quais o Município figura no polo passivo não foram registradas. Nos termos do despacho administrativo 3795/2018 da PGM, aquele Órgão não dispõe de sistema capaz de apurar tais valores.

q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (aqui o termo é utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos funcionários públicos), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas.

r) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas, quando relevantes.

s) Apuração do resultado

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados: patrimonial; orçamentário; e financeiro.

s.1) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é obtida mediante o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA's) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD's).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a Entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que sigam a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

s.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário do Município segue o descrito no art.35 da Lei nº4.320/1964. Deste modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

s.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Município.

No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

t) Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios/proprietários, ou seja, pelo município, para o aumento do capital social de empresas, porém ainda pendente de integralização.

No modelo PCASP não há uma norma específica que descreva o tratamento para a figurado AFAC. De modo subsidiário, no modelo das IPSAS, a norma de número 28 (*Financial Instruments: Presentation* — Instrumentos Financeiros: Apresentação), descreve que o AFAC somente será registrado como um instrumento patrimonial se:

1. O instrumento não possuir obrigação contratual de entregar caixa ou ativo financeiro a outra entidade ou trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor;
2. O instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente e é um não derivativo que não inclui obrigação contratual de entrega de um número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais ou é um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio de troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de seus próprios instrumentos patrimoniais.
3. Caso o AFAC não se adeque às condições anteriormente descritas deverá ser registrado e evidenciado como sendo um instrumento financeiro (passivo).

Desta maneira, nas empresas onde o Município é sócio o AFAC é registrado no passivo não circulante e na mesma linha de raciocínio do Município o ativo é registrado no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, no Ativo Não Circulante.

u) Diretrizes gerais de remuneração das Empresas Estatais Municipal

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das sociedades de economia mista e demais empresas controladas pelo Município.

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando este é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976.

NOTA 02 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade (constam apenas valores em moeda nacional). Na tabela a seguir, visualiza-se sua composição:

Tabela - Demonstrativo de Caixa e Equivalentes a Caixa

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	196.102.519,52	167.430.531,10	17,12
1. Caixa e Equivalentes a Caixa em Moeda Nacional	12.296.485,35	5.555.582,55	121,34
1.1. Caixa	0,00	0,00	0,00
1.2. Banco Conta Movimento	12.296.485,35	5.555.582,55	121,34
2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	183.806.034,17	161.874.948,55	13,55
2.1. Poupanças	13.219.554,80	13.170.198,37	0,37
2.2. Fundo de Aplicações Financeiras	170.586.479,37	148.704.750,18	14,71

No Caixa e Equivalentes a Caixa em Moeda Nacional o valor total concentra-se nas contas bancárias (R\$ 12.296.485,35); as aplicações financeiras efetuadas pela Municipalidade estão concentradas em depósitos de poupança (R\$ 13.219.554,80); já os fundos de aplicações financeiras totalizam o valor de R\$ 170.586.479,37.

NOTA 03 - Créditos a Receber

Tabela – Créditos a Receber - Curto Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
CRÉDITOS REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	56.002.121,56	260.418.495,45	-78,50
1. Créditos Tributários a Receber	82.614.265,32	115.243.474,83	-28,31
2. Créditos de Transferências a Receber	19.362.861,83	9.106.672,62	112,62
3. Dívida Ativa Tributária	1.032.609.751,62	900.203.563,64	14,71
4. Dívida Ativa Não Tributária	667.032.658,27	550.353.989,97	100,00
5. (-) Ajustes Perdas de Créditos a Curto Prazo	-1.745.617.415,48	-1.314.489.205,61	32,80

3.1 - Créditos Tributários a Receber

Os créditos tributários a receber referem-se a Tributos lançados contra contribuintes e são decorrentes de: IPTU (R\$ 19.319.000,52); ITBI (R\$ 1.729.551,96); ISS (R\$ 61.379.711,42); TAXAS (R\$ 184.093,84) e Contribuição de Melhoria (R\$ 1.907,58).

3.2 - Créditos de Transferências a Receber

Os Créditos de Transferências a Receber compreendem valores oriundos de restos a receber de: COTA-PARTE DO ICMS no valor de R\$ 4.415.984,09; COTA PARTE DO IPVA R\$ 10.917.844,10; Transferências de Recursos do FUNDEB R\$ 4.895.299,97. Do total, considera-se R\$ 3.066.765,63 a título de dedução para formação do FUNDEB.

3.3 - Dívida Ativa Tributária

A Dívida Ativa Tributária abrange os créditos a favor do Município, que foram inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, §2º, define como Dívida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

A Secretaria da Fazenda responde por praticamente 100% do saldo existente na Dívida Ativa Tributária e a gestão Dívida Ativa está a cargo da Procuradoria Geral do Município de forma integrada.

A composição da Dívida Ativa Tributária é: IPTU R\$ 327.275.158,71; ITBI R\$ 2.368.559,98; ISS R\$ 622.982.786,98; TAXAS R\$ 65.933.547,64; Contribuição de Melhoria R\$ 9.497.855,78; e Outros Créditos de Dívida Ativa não Previdenciária R\$ 4.551.842,53.

3.4 - Dívida Ativa Não Tributária

Os créditos provenientes das demais origens são considerados Dívida Ativa Não Tributária. Os valores correspondem a: Contribuição de Iluminação Pública – COSIP R\$ 133.198,33; Impugnações e Imposições R\$ 53.532.223,83; e Outros Créditos a Receber R\$ 613.367.236,11.

3.5 - (-) Ajustes Perdas de Créditos a Curto Prazo

Tabela – Ajustes para Perdas Prováveis sobre Créditos Tributários – Curto Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-1.745.617.415,48	-1.314.489.205,61	32,80
1. Ajuste de Perdas de Créditos de Liquidações Duvidosas	-34.346.495,20	0,00	100,00
2. Ajustes de Perdas de Créditos Tributários	-21.487.465,15	-32.303.105,53	-33,48

3. Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-1.026.416.405,29	-889.666.217,45	15,37
4. Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária	-663.367.049,84	-392.519.882,63	69,00

O cálculo do ajuste para perdas dos créditos foi realizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria Municipal de Fazenda e foi obtido com base no Histórico de Recebimentos Passados, conforme as informações dispostas na tabela a seguir, sendo apurados os percentuais de 99,323% e 99,854% referentes às dívidas ativas tributárias e não tributárias, respectivamente.

Tabela – Cálculo do Ajuste para Perdas dos Créditos Tributários – Curto Prazo
AJUSTE DE PERDAS

1) Para realizar o “Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária” foi adotado a “Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados”, cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2014, 2015 e 2016), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	99,323%
1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU	98,695%
1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI	98,332%
1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS	99,838%
1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS	98,851%
1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00.00	- AJUSTE PERDAS D.A.TRIB.-CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	99,270%

2) Para realizar o “Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária” foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respeitivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

(-) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA 99,854%

NOTA 04 - Demais Créditos e Valores - Curto e Longo Prazos

São valores a receber por demais transações com vencimento de curto e longo prazos, que estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela – Demais Créditos e Valores – Curto e Longo Prazos

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2017			EXERCÍCIO DE 2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES - CURTO E LONGO PRAZO	145.940.619,87	595.909,81	146.536.529,68	129.095.609,17	595.909,81	129.691.518,98
1. Adiantamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00	11.793,35	0,00	11.793,35
1.1. Adiantamentos concedido a pessoal	0,00	0,00	0,00	11.793,35	0,00	11.793,35
2. Tributos a Recuperar / Compensar	3.427.098,02	0,00	3.427.098,02	57.390,81	0,00	57.390,81
2.1. PIS/PASEP a Recuperar / Compensar	0,00	0,00	0,00	57.390,81	0,00	57.390,81
2.2. INSS a Compensar	3.427.098,02	0,00	3.427.098,02	0,00	0,00	0,00
3. Créditos por Danos ao Patrimônio	17.084.464,25	0,00	17.084.464,25	17.083.761,44	0,00	17.083.761,44
3.1. Créditos a Receber Decorrente de Folha de Pagamento	702,81	0,00	702,81	0,00	0,00	0,00
3.2. Créditos a Receber Decorrente de Pagamentos Indevidos - Tomada de Contas Especial	17.083.761,44	0,00	17.083.761,44	17.083.761,44	0,00	17.083.761,44
4. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados:	65.188.595,59	0,00	65.188.595,59	40.947.714,39	0,00	40.947.714,39
4.1. Depósitos Judiciais	29.108,84	0,00	29.108,84	27.744,37	0,00	27.744,37
4.2. Depósitos Restituível Vinculada em Conta Especial - Precatório Controlada pelo Tribunal de Justiça	65.137.716,01	0,00	65.137.716,01	40.897.750,58	0,00	40.897.750,58
4.3. Depósitos de Precatórios Restituíveis	21.770,74	0,00	21.770,74	22.219,44	0,00	22.219,44
5. Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto / Longo Prazo	60.240.462,01	595.909,81	60.836.371,82	70.994.949,18	595.909,81	71.590.858,99
5.1. Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família	1.316,12	0,00	1.316,12	0,00	0,00	0,00
5.2. Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	1.071.015,61	0,00	1.071.015,61
5.3. Outros Créditos Diversos Inscritos	5.549.372,48	0,00	5.549.372,48	5.547.693,10	0,00	5.547.693,10
5.4. Outros Créditos a Receber Devedores Diversos	812.918,20	0,00	812.918,20	823.291,11	0,00	823.291,11
5.5. Outros Créditos Não Tributários de Origens Diversas	0,00	0,00	0,00	63.552.949,36	0,00	63.552.949,36
5.6. Créditos a Receber em Poder da	0,00	595.909,81	595.909,81	0,00	595.909,81	595.909,81

Justiça						
5.7. Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	53.876.855,21	0,00	53.876.855,21	0,00	0,00	0,00

4.1 – Adiantamentos Concedidos

Em 2016 os valores registrados (R\$ 11.793,35) estavam pendentes de devolução e/ou prestação de contas. Em 2017 ocorreu a regularização ou cancelamento do saldo (R\$ 8.300,00) que já estavam registrados em dívida ativa.

4.2 – Tributos a Recuperar

O item 2.2 -INSS a Compensar - no valor de R\$ 3.427.098,02 corresponde ao direito reconhecido referente à contribuição previdenciária (cota patronal) incidente sobre os subsídios de cargos eletivos municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores), presente nos autos nº 2005.70.01.007123-4. Encontra-se em análise a forma de compensação a ser realizada após o deferimento do pedido de habilitação do crédito perante a Secretaria da Receita Federal.

4.3 – Créditos por Danos ao Patrimônio

São valores registrados pela Diretoria Revisora de Contas apurados em tomada especial de contas. Decorrem de reprovação de convênios e subvenções.

4.4 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Composição dos valores: Depósitos Judiciais de R\$ 29.108,84 para corresponder a pagamentos de saques em contas bancárias determinados pelo Tribunal de Justiça do Paraná em garantia de pagamento de processos em andamento; Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial de Precatório Controlada pelo Tribunal de Justiça no valor de R\$ 65.137.716,01, efetuados mensalmente para pagamentos pendentes e posterior baixa das obrigações; e Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no valor de R\$ 21.770,74, de pagamentos de precatórios efetuados em duplicidade referentes a três processos, uma vez que não houve baixa da lista oficial do Tribunal de Justiça do Paraná e houve novo pagamento. O Município peticionou a devolução dos valores à justiça.

4.5 – Outros Créditos a Receber

5.1 - Créditos a Receber por reembolso de salário família – R\$ 1.316,12. Pagamentos efetuados pela Prefeitura e que deverão ser reembolsados pela Autarquia de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina.

5.2 - Depósito Judicial do Instituto de Desenvolvimento de Londrina - Codel – R\$ 1.071.015,61, refere-se a depósito judicial de desapropriação de terrenos destinados à industrialização o qual foi promovido pelo Município, pendente de regularização.

5.3 - Outros Créditos Diversos Inscritos – R\$ 5.549.372,48 referem-se a créditos pendentes a regularizar de órgãos da administração indireta e terceiros pelo fornecimento de bens, materiais e serviços repassados, assim como créditos previdenciários suportados pelo Município perante o Instituto Nacional de Previdência Social, mediante desconto junto ao Fundo de Participação do Município.

5.4 - Outros Créditos a Receber de Devedores Diversos – R\$ 812.918,20 – Créditos pendentes a regularizar com entidades da administração indireta referentes a garantias concedidas cujo desconto ocorreu pelo Fundo de Participação do Município, e de terceiros, pelo atendimento no fornecimento de bens, materiais e serviços, assim como crédito previdenciário suportado a regularizar.

5.5 –Outros Créditos Não Tributários de Origens Diversas - Os valores foram reclassificados para o grupo "Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo".

5.6 - Créditos a Receber em Poder da Justiça (R\$ 595.909,81) refere-se a Depósitos Judiciais de desapropriações de imóveis para o atendimento de atividades de interesse público, ligado ao mandado de sequestro da 6ª Vara Cível dos autos n.º 55.981/2011, e aos autos 162-84/1990 de compensação de créditos.

5.7 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - R\$ 53.876.855,21 - Refere-se ao valor de principal e de multas e juros sobre os créditos não tributários a receber referentes a exercícios anteriores a 2017, de diversas origens, que não estão participando do processo de integração, porém controlado pelo Sistema Tributário. Este reconhecimento, por ora, foi através de suporte documental do sistema tributário do Município e está em análise a integração destas informações.

NOTA 05 – Estoques

5.1 – Almoxarifado

Os estoques estão distribuídos em Almoxarifado, Combustíveis e Lubrificantes em Geral, Autopeças e Materiais de Expediente e são destinados ao consumo próprio nas atividades desenvolvidas pelo Município conforme apresentado na tabela seguinte:

Tabela – Estoque em Almoxarifado

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
E S T O Q U E	2.608.177,61	2.821.378,65	-7,56
1. Almoxarifado	2.190.501,02	2.352.881,39	-6,90
Material de Consumo	1.090.437,86	1.117.573,96	-2,43
Gêneros Alimentícios - Outros Gêneros Alimentícios	24.629,41	24.237,41	1,62
Materiais de Construção	1.075.433,75	1.211.070,02	-11,20
2. Combustíveis e Lubrificantes em Geral	55.176,34	64.389,83	-14,31
Combustível - Gasolina	0,00	0,00	0,00
Lubrificantes	55.176,34	64.389,83	-14,31

3. Autopeças	71.812,57	176.293,66	37.772,04
Outras Peças	71.812,57	176.293,66	-59,27
4. Materiais de Expediente	290.687,68	227.813,77	100,00
Materiais de Expediente	290.687,68	227.813,77	27,60

NOTA 06 – Investimentos

Os investimentos são reunidos em três grupos: participações permanentes; propriedades para investimentos; e demais investimentos permanentes, compostos de acordo com a tabela a seguir:

Tabela de Investimentos

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
INVESTIMENTOS	134.739.777,38	118.552.230,60	13,65
Investimentos do Município	121.514.115,34	117.673.840,36	3,26
Participações Permanentes	119.616.789,57	117.636.973,16	1,68
Propriedade para Investimentos	37.287,76	36.867,20	100,00
Demais Investimentos - Consórcios Públicos	1.860.038,01	0,00	100,00
Adiantamentos para Participações Permanentes	13.225.662,04	878.390,24	1.405,67
Adiantamento para Aumento de Capital	13.225.662,04	878.390,24	1.405,67

6.1 - Participações de Investimentos do Município

Os investimentos do Município foram ajustados dentro da participação proporcional de equivalência patrimonial e/ou, pela atualização do mercado, distribuídos nas seguintes participações:

Tabela – Demonstração de participação nos Investimentos

EMPRESAS	2017	2016	AH
INVESTIMENTOS	134.739.777,68	118.552.230,60	13,65
1. Participação Permanente	119.616.789,57	117.636.973,16	1,68
Sercomtel Telecomunicações S/A.	31.744.779,26	40.285.350,00	-21,20
Companhia de Habitação de Londrina – Cohab-Ld	87.805.257,06	77.290.978,22	13,60
Cia. Municipal de Trânsito e Urbanismo – CMTU	0,00	0,00	0,00
Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina	66.753,25	60.644,94	10,07
2. Propriedades para Investimentos	37.287,76	36.867,20	1,14
Ações da Rede Ferroviária Federal S/A.	14.879,60	14.879,60	0,00
Ações da Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A	3.125,60	3.034,16	3,01
Ações Central de Abastecimento do Pr. S/A – Ceasa/PR	19.282,56	18.953,44	1,74
3. Demais Investimentos - Consórcios Públicos	1.860.038,31	0,00	100,00
CISMEL - Consórcio Intermunicipais de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região	205.778,49	0,00	100,00
CINDEPAR - Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná	1.654.259,82	0,00	100,00
Adiantamentos para Participações Permanentes	13.225.662,04	878.390,24	1.405,67
Adiantamento para Aumento de Capital de Empresas	13.225.662,04	878.390,24	1.405,67

As participações societárias do Município englobam aquelas realizadas em empresas estatais. As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial; já as demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

A participação na empresa estatal independente Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU apresentou, no do exercício de 2017, valores zerados tendo em vista que o patrimônio líquido da empresa passou a ser negativo e conseqüentemente passou ser representada no passivo proporcional à participação conforme NOTA15.

NOTA 07 - Imobilizado

O imobilizado da administração direta do Município está segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo do imobilizado em comparação com período anterior.

Tabela – Imobilizado

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
IMOBILIZADO	2.089.710.220,91	2.070.722.676,95	0,92
1. Bens Móveis	91.645.744,32	86.325.622,10	6,16
1.1. Bens Móveis	91.645.744,32	86.325.622,10	6,16
1.2. (-) Depreciação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
2. Bens Imóveis	1.998.064.476,59	1.984.397.054,85	0,69
2.1. Bens Imóveis	1.998.064.476,59	1.984.397.054,85	0,69
2.2. (-) Depreciação de Bens Imóveis		0,00	0,00

7.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme o detalhamento disposto a seguir:

Tabela – Bens Móveis

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
BENS MÓVEIS	91.645.744,32	86.325.622,10	6,16
1. Máquina, Aparelho, Equipamentos e Ferramentas	31.405.227,65	30.475.215,52	3,05
1.01. Aparelhos de Medição e Orientação	723.099,93	670.900,73	7,78
1.02. Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.074.184,95	3.049.157,95	0,82
1.03. Aparelhos, Equip.e Utensílios Médicos, Odont.,Labor.e Hospitalar	272.561,13	228.561,13	19,25
1.04. Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	1.353.084,37	1.242.734,37	8,88
1.05. Equipamentos de Proteção e Segurança e Socorro	1.254.983,74	1.117.607,06	12,29
1.06. Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	445.237,17	401.248,25	10,96
1.07. Máquinas e Equipamentos Energéticos	570.218,86	474.098,49	20,27
1.08. Máquinas e Equipamentos Gráficos	133.017,91	128.584,91	3,45
1.09. Máquinas e Ferramentas e Utensílios de Oficina	112.597,88	72.980,22	54,29
1.10. Equipamentos, Peças e Acessórios p/Automóveis	102.428,60	102.428,60	0
1.11. Equipamentos Peças e Acessórios Marítimos	4.800,00	4.800,00	0
1.12. Equipamentos de Mergulho e Salvamento	10.604,00	10.604,00	0
1.13. Equipamentos e Sistema de Proteção e Vig. Ambiental	153.166,67	153.166,67	0
1.14. Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	2.279.845,00	2.242.667,00	1,66
1.15. Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	9.592.725,17	9.541.704,17	0,53
1.16. Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Energéticos	30.879,94	30.329,94	1,81
1.17. Equipamentos e Materiais Permanente Vinculado a Convênio	1.800,00	1.800,00	0
1.18 Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	11.289.992,33	11.001.842,03	2,62
2. Bens de Informática	14.174.219,13	14.036.540,86	0,98
2.1. Equipamentos de Processamento de Dados	14.174.219,13	14.036.540,86	0,98
3. Moveis e Utensílios	12.439.714,21	11.824.339,53	5,2
3.01. Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.772.248,00	1.581.216,11	12,08
3.02. Máquinas Instrumentos e Utensílios de Escritório	2.580.849,27	2.577.409,52	0,13
3.03. Mobiliários em Geral	8.086.616,94	7.665.713,90	5,49
4. Materiais Culturais, Educação e de Comunicação	2.949.460,75	2.670.729,84	10,44
4.01. Bandeiras, Flâmulas e Insignias.	266,28	0	100
4.02. Coleções e Materiais Bibliográficos	685.460,13	619.497,13	10,65
4.03. Discotecas e Filmotecas	12.170,90	12.170,90	0
4.04. Instrumentos Musicais e Artísticos	103.567,10	103.567,10	0
4.05. Máquinas para Áudio, Vídeo e Fotos	1.920.419,58	1.716.504,75	11,88
4.06. Obras de Arte e Peças para Museu	32.783,70	32.783,70	0
4.07. Outros Mat. Culturais, Educ. e de Comunicação	194.793,06	186.206,26	4,61
5. Veículos	28.676.207,41	25.303.042,41	13,33
5.01. Veículos em Geral	33.456,00	33.046,00	1,24
5.02. Veículos de Tração Mecânica	28.613.701,41	25.240.946,41	13,36

5.03. Embarcações	29.050,00	29.050,00	0
6. Armamentos	700.884,00	700.884,00	0
6.01. Armamentos	700.884,00	700.884,00	0
7. Demais Bens Móveis	1.300.031,17	1.314.869,94	-1,13
7.01. Outros Bens Móveis	1.300.031,17	1.314.869,94	-1,13

7.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Município estão repartidos em várias contas contábeis, conforme é demonstrado na tabela seguir:

Tabela – Bens Imóveis

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
BENS IMÓVEIS	1.998.064.456,59	1.984.397.054,85	0,69
1. Bens Públicos Classificado p/Código Civil	1.940.568.053,69	1.908.395.512,98	1,69
1.1. Bens de Uso Comum do Povo	1.004.754.512,46	992.760.207,51	1,21
1.2. Bens de Uso Especial	843.049.690,27	831.299.598,41	1,41
2.2. Bens Dominicais	92.763.850,96	84.335.707,06	9,99
2. Bens Imóveis em Andamento	44.184.375,16	50.930.231,33	-13,25
2.1. Estudos e Projetos	329.627,78	913.205,78	-63,90
2.2. Obras em Andamento	43.854.747,38	50.017.025,55	-12,32
3. Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	6.533.067,73	88.049,57	7.319,76
3.1. Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	6.533.067,73	88.049,57	7.319,76
4. Demais Bens Imóveis	6.778.960,01	24.983.260,97	-72,87
4.1. Imóveis em Poder de Terceiros	0,00	6.804.656,45	-100,00
4.2. Terrenos de Terceiros em Poder do Ente	6.778.960,01	18.178.604,52	-62,71

Os bens de uso especial correspondem a 42,19% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Município, segregados de acordo com a tabela abaixo:

Tabela – Bens de Uso Especial

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	843.049.690,27	831.299.598,41	1,41
01. Terrenos e Glebas	657.137.390,19	651.323.124,45	0,89
02. Imóveis de Uso Educacionais	94.872.817,58	92.377.414,04	2,70
03. Edifícios	35.950.772,81	33.829.552,22	6,27
04. Imóveis de Uso Recreativo	27.518.211,92	25.946.052,73	6,06
05. Hospitais e Unidades de Saúde	9.488.252,92	9.488.252,92	0,00
06. Aquartelamento	6.319.759,87	5.786.095,44	9,22
07. Aeroportos / Estações / Aeródromos	4.054.695,76	4.054.695,76	0,00
08. Instalações	4.023.950,98	4.810.572,61	-16,35
09. Cemitérios	2.645.020,00	2.645.020,00	0,00
10. Armazéns e Galpões	717.028,83	717.028,83	0,00
11. Imóveis Comerciais	230.093,57	230.093,57	0,00
12. Museus / Palácios	78.897,60	78.897,60	0,00
13. Imóveis Residenciais	12.798,24	12.798,24	0,00

NOTA 08 -Intangível

O Ativo Intangível possui a seguinte distribuição:

Tabela – Intangível

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
INTANGÍVEIS	17.873.464,23	771.464,27	2.216,82
1. Bens Intangíveis	793.362,27	771.464,27	2,84
1.1. Softwares	793.362,27	771.464,27	2,84
2. Outros Direitos - Direitos de Uso de Bens Móveis	1.202.884,00	0,00	
2.1. Direito de Uso de Bens Móveis de Órgãos Multigovernamentais (Consórcios)	1.202.884,00	0,00	100,00

3. Direito de Uso de Imóveis	15.877.217,96		
3.1. Direito de Uso de Imóveis de Prop.do Gov. do Estado	4.941.541,84	0,00	100,00
3.2. Direito de Uso de Imóveis de Órgãos da Administração Indireta	10.935.676,12	0,00	100,00

NOTA 09 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Já no exercício de 2016 tínhamos a expectativa, após o levantamento inicial dos bens, de implantar a depreciação, amortização e a exaustão. Como o levantamento inicial não foi concluído por falha da empresa contratada, julgamos que implantar tais procedimentos (depreciação, exaustão e amortização) não traria a qualidade necessária à apresentação dos demonstrativos contábeis. A depreciação, amortização e exaustão serão implementadas após o referido levantamento inicial de bens. Tal levantamento está sendo realizado pela empresa INVESTOR CONSULTING PARTNERS CONSULTORIA LTDA - EPP com CNPJ sob o nº 13.711.795/0001-98 e tem previsão para ocorrer ainda no 1º semestre de 2018. A partir do levantamento implantaremos a depreciação.

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazos

Tabela – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazos

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2017			EXERCÍCIO DE 2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE CURTO E LONGO PRAZO	31.048.210,42	294.905.732,33	312.573.282,05	28.751.068,11	213.850.891,22	242.601.959,33
1. Pessoal a Pagar	2.273.535,12	0,00	2.273.535,12	2.248.591,33	0,00	2.248.591,33
1.1. Salários, Remunerações e Benefícios de Exer.Anteriores	772.292,52	0,00	772.292,52	708.734,48	0,00	708.734,48
1.2. Décimo Terceiros Salários	1.405,19	0,00	1.405,19	40.019,44	0,00	40.019,44
1.3. Licença Premio	1.499.837,41	0,00	1.499.837,41	1.499.837,41	0,00	1.499.837,41
2. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário	4.773.850,34	76.407.577,80	67.800.767,44	0,00	0,00	0,00
2.1. Precatório de Pessoal - Reg.Ordin.- Antes de 05/05/2000	0,00	1.132.145,62	1.132.145,62	0,00	0,00	0,00
2.2. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário - A Partir de 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	4.773.850,34	63.026.917,10	67.800.767,44	0,00	0,00	0,00
2.3. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário - A Partir de 05/05/2000 - Não Vencido	0,00	12.248.515,08	12.248.515,08	0,00	0,00	0,00
3. Benefícios Assistenciais a Pagar	9.649,34	0,00	9.649,34	6.833,17	0,00	6.833,17
3.1. Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício	9.649,34	0,00	9.649,34	6.833,17	0,00	6.833,17
4. Encargos Sociais a Pagar	23.991.175,62	218.498.154,53	242.489.330,15	26.495.643,61	213.850.891,22	240.346.534,83
4.1. Encargos Sociais a Pagar - (Débitos Parcelados)	194.958,31	19.629.491,14	19.824.449,45	1.177.640,31	19.346.508,82	20.524.149,13
4.2. Encargos Sociais a Pagar Intra OFSS (RPPS)	22.927.394,75	198.868.663,39	221.796.058,14	25.318.003,30	194.504.382,40	219.822.385,70
4.3. Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União (INSS)	868.822,56	0,00	868.822,56	0,00	0,00	0,00

O item 2, Precatórios de Pessoal – Regime Ordinário, evidencia as dívidas decorrentes de demandas judiciais vinculadas a direitos trabalhistas. Informamos que o Poder Judiciário não tem repassado os documentos de finalização e de quitação daquelas obrigações vinculadas a decisões com trânsito em julgado e que já foram liquidadas, o que provoca uma elevação indevida no passivo do Município.

NOTA 11 – Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazos, estão sob a gestão da Secretaria da Fazenda e as Dívidas do Município são atualizadas obedecendo ao regime de competência tão logo os índices oficiais de atualização são divulgados.

Tabela – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazos

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2017			EXERCÍCIO DE 2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	28.870.832,05	102.232.678,73	131.103.510,78	52.335.511,31	118.994.223,99	171.329.735,30
1. Empréstimos Interno	19.911.179,96	41.079.289,52	60.990.469,48	42.795.854,41	48.941.110,50	91.736.964,91
2. Financiamentos Interno	8.741.632,79	61.153.389,21	69.895.022,00	8.697.023,70	70.053.113,49	78.750.137,19
3. Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	218.019,30	0,00	218.019,30	842.633,20	0,00	842.633,20

11.1 – Apresentação Analítica dos Empréstimos e Financiamentos

DISCRIMINAÇÃO	CADASTRO	PARCELAS		% JUROS A.A.	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
		PAGAS	A PAGAR			
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS					28.870.832,05	102.232.678,73
1. Empréstimos					19.963.380,18	41.079.289,52
Operação de Crédito AFPR/SFM 2951/2012 - Agência de Fomento do Paraná - Pavimentação de vias	65/2014	41	30	6	876.919,30	1.542.943,39
Operação de Crédito AFPR/SFM 2951/2012 - Pavimentação Av. Angelina R. Vezozzo e Rua Antônio C. Lage	66/2014	40	200	6	195.842,42	235.848,84
Operação de Crédito AFPR/SFM - Programa de Aquisição de Equipamentos PROMAP II - PR	67/2014	36	17	4	2.185.919,04	982.141,42
Oper. Crédito AFPR/SFM Pavimentação e Recape de vias	1/2015	34	54	4,5	2.083.642,56	9.440.928,65
Operação de Crédito AFPR/SFM 3446/2015 - Aquisição de Terreno Aeroporto	125/2015	28	30	5,25	6.782.108,48	11.249.738,80
Operação de Crédito BNDS PMAT CT. 14.2.0375.1	126/2015			1,9	2.499.572,09	9.581.693,03
Operação de Crédito CEF 0400.311-21/2014 Acessos as Rodovias PR-445 à BR-369 ARCO LESTE	4/2016	21	219	6	274.075,81	555.679,40
Operação de Crédito 041 5366-00/2014 Implantação Sistema Transporte Urbano BRT	5/2016	17	223	6	2.773.691,98	740.608,95
Operação de Crédito AFPR/SFM 3641 Terreno Aeroporto	87/2016	13	42	6,5	2.291.608,50	6.749.707,04
2. Financiamentos					8.741.632,79	61.153.389,21
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931	110/2013	108	108	3,08	3.668.978,18	30.955.609,47
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381	181/2013	75	108	3,08	1.398.050,81	11.795.522,57
Financiamento da COHAB-LD Terreno Industrial Lei 12.242	3/2016	3	5	0	3.674.603,80	18.402.257,17
3. Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos					165.819,08	0,00
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931	110/2013				88.642,26	0,00
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381	181/2013				33.776,82	0,00
Operação de Crédito AFPR/SFM 2951/2012 - Pavimentação Av. Angelina R. Vezozzo e Rua Antônio C. Lage	66/2014				43.400,00	0,00
Operação de Crédito BNDS PMAT CT. 14.2.0375.1	126/2015				0,00	0,00
Parcelamento RPPS Lei 10313/2007	106/2013				0,00	0,00
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					28.870.832,05	102.232.678,73

NOTA12 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Representam às obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do Município, bem como as obrigações decorrentes de fornecimento de bens e prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

Tabela – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2017			EXERCÍCIO DE 2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Fornecedores e Contas a Pagar	4.341.866,59	0,00	4.341.866,59	11.007.363,54	0,00	11.007.363,54
1. Fornecedores e Contas a Pagar	4.341.866,59	0,00	4.341.866,59	11.007.363,54	0,00	11.007.363,54

No final do exercício o Município apresentou um saldo de R\$ 4.341.866,59 a pagar a fornecedores no curto prazo, não existindo saldo a pagar a longo prazo.

NOTA13 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazos

Compreendem as obrigações e encargos fiscais da entidade junto a órgãos governamentais, como encargos, taxas e emolumentos.

Tabela – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2017			EXERCÍCIO DE 2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES FISCAIS	286.511,28	19.085.347,65	19.371.858,93	297.551,82	19.035.308,96	19.332.860,78
1. PIS/PASEP a Recolher – Não Parcelado	10.235,19		10.235,19	4.616,08	0,00	4.616,08

2. PIS/PASEP a Recolher - Parcelado	274.284,24	19.085.347,65	19.359.631,89	291.233,52	19.035.308,96	19.326.542,48
3. Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher	0,00		0,00	653,21	0,00	653,21
4. Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	1.991,85		1.991,85	1.049,01	0,00	1.049,01

O encargo de PIS/PASEP a Recolher Parcelado, corresponde ao Tributo Renegociado com a União através do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

NOTA 14 – Provisões de Curto e Longo Prazos

Tabela – Provisões – Curto e Longo Prazos

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2017			EXERCÍCIO DE 2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
PROVISÕES	0,00	42.565.934,94	42.565.934,94	0,00	0,00	0,00
1. Provisões para Riscos Fiscais	0,00	19.209.845,48	19.209.845,48	0,00	0,00	0,00
2. Provisão de Devolução de Bens aos Cedentes	0,00	22.410.305,69	22.410.305,69	0,00	0,00	0,00
3. Provisão de Obrigações com Terceiros	0,00	945.783,77	945.783,77	0,00	0,00	0,00

14.1- Provisões para Riscos Fiscais

As provisões para Riscos Fiscais, no montante de R\$ 19.209.845,48, compreendem as provisões para possíveis pagamentos decorrentes de Autos de Infrações (lavrados ou notificados) a saber:

R\$ 493.988,44 – Receita Estadual - Reconhecimento da inscrição da Dívida Ativa de autos de infração proveniente de danos ambientais, inscritos e atualizados mensalmente, e que se encontram na Esfera Judicial identificadas pelas inscrições: 03189999-0/03190019-0/03190020-4/03190030-1/03140069-0.

R\$ 2.550.140,08 – Receita Estadual - Reconhecimento dos valores das provisões para pagamento de autos de infrações lavrados de reparação provenientes de danos ambientais, que se encontram na Esfera Administrativa do Instituto Ambiental do Paraná, vinculados aos seguintes autos: 73073-2787-101160-101152-101156-101179-113505-81819.

R\$ 9.180.665,13 – Receita Federal - Reconhecimento dos valores de autos de infração ou notificação de lançamento referente à contribuição do **PASEP** que se encontram em trâmite na Secretaria da Receita Federal sob os seguintes números de processos: 10930.905562/2012-46 / 10930.905565/2012-80 / 11634.720130/2017-89 / 11634.720187/2013-54 / 11634.720774/2012-62.

R\$ 6.985.051,80 – Receita Federal - Reconhecimento de infração ou notificação de lançamento referente a **Contribuição Previdenciária** que se encontram em trâmite: **Na SRF** :11634.720321/2012-36 - 11634.720511/2015-04 - 16370.720002/2012-92 - 16370.720003/2012-37 - 16370.720004/2013-62 - 16370.720006/2012-71 - 16370.720006/2014-32 - 16370.720008/2012-60 16370.720015/2012-61 - 16370.720019/2012-40 - 16370.720025/2013-88 - DEBCAD 37.272.890-1 - 37.272.891-0 - 37.272.893-6 e na **PGFN**:DEBCAD 30.187.593-6 - 37.272.892-8 e 37.272.894-4.

14.2- Provisões para Devolução de Bens aos Cedentes

Correspondem à obrigação de devolução de bens móveis e imóveis recebidos de outras esferas governamentais, com objetivos específicos no atendimento das atividades em desenvolvimento no Município.

14.3- Provisão de Obrigações com Terceiros

A Provisão de Obrigações com Terceiros – SANEPAR no total de R\$ 945.783,77, diz respeito ao reconhecimento da dívida ligada à Lei Municipal nº 12.636 de 18 de dezembro de 2017, que autoriza a adesão ao Programa de Recuperação de Crédito 2017 da Sanepar - RECRED 2017. Referem-se a valores referentes aos serviços de saneamento não pagos pelo Município de Londrina. O parcelamento se dará por meio do Termo nº 02/2017 a pagar em 30 parcelas iguais, mensais e sucessivas, no valor de R\$ 34.028,28.

O total da dívida perfaz um montante de R\$ 1.431.433,75 deduzidos de sua multa no valor de R\$ 17.876,18 e 90% da correção no valor de R\$ 467.773,80, restando o valor de R\$ 945.783,77 nos Termos do Regulamento do Programa de Recuperação de Crédito 2017. As parcelas incidirão juros compensatórios de 0,50% ao mês calculados pela tabela PRICE.

NOTA 15 - Demais Obrigações de Curto e Longo Prazos

Representam as obrigações do Município junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, principalmente os precatórios e outras reivindicações judiciais.

Tabela – Demais Obrigações - Curto e Longo Prazo – Composição

CONTAS CONTÁBEIS	EXERCÍCIO DE 2017			EXERCÍCIO DE 2016		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
DEMAIS OBRIGAÇÕES A PAGAR	56.248.147,62	58.561.350,74	114.809.498,36	53.440.531,03	101.117.861,01	154.558.392,04
1. Consignações	8.893.340,55	0,00	8.893.340,55	3.748.875,69	0,00	3.748.875,69
2. Depósitos Judiciais	4.935.079,84	0,00	4.935.079,84	6.581.296,04	0,00	6.581.296,04

3. Depósitos Não Judiciais – Cauções	1.287.992,28	0,00	1.287.992,28	1.660.002,01	0,00	1.660.002,01
4. Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidado	23.649.550,90	0,00	23.649.550,90	18.995.180,51	0,00	18.995.180,51
5. Precatórios de Terceiros	17.482.184,05	58.561.350,74	76.043.534,79	17.681.326,44	34.010.826,80	51.692.153,24
6. Outros Credores de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	4.773.850,34	67.107.034,21	71.880.884,55

15.1 - Consignações

Decorrem das retenções efetuadas em folha de salários de pessoal em pagamentos a fornecedores e depósitos para posterior recolhimento, principalmente no mês seguinte, como: Retenções sobre Vencimentos e Vantagens – RPPS; Encargos Previdenciários – INSS; Retenções para Sindicatos; Retenções para Associações; Retenções para Empréstimos e Financiamentos; Retenções de Seguros; Retenções de Assistência Odontológica; Retenções de Cartões de Créditos; Outras Retenções; Consignações de Convênios a Repassar a Entidades e Valores não reclamados de fornecedores.

15.2 – Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais - Depósitos efetuados em contas do Poder Judiciário referentes a pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa e/ou de devolução/apropriação de valores depositados como recursos judiciais.

15.3 – Depósitos Não Judiciais

Depósitos Não Judiciais – Cauções - Depósitos caucionados que constituem garantias fornecidas pelos contratados com objetivo de assegurar a execução dos contratos celebrados com o município.

15.4 – Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidado

Outras Obrigações de Curto Prazo - Valores de terceiros inseridos em restos a pagar e/ou de retenções em nome deles independentes do prazo de exigibilidade abrangendo os valores a repassar às entidades privadas sem fins lucrativos e precatórios a pagar. Compreendem-se também as operações efetuadas entre unidade pertencente ao orçamento fiscal e da seguridade social com pessoas ou unidades de entes públicos que não pertençam ao Município além dos demais fatos que não compreendem transações entre as partes.

Os valores relevantes desta rubrica se referem a: Indenizações e Restituições R\$ 350.893,60; Diárias a Pagar R\$ 3.637,70; Convênios a Pagar R\$ 819.331,00; Contrato de Programa de Repasse a Pagar R\$ 200,00; Termo de Parceria a Pagar R\$ 278.936,06; Precatórios de Terceiros no valor de R\$ 17.482.184,05; Participação em Empresa com Patrimônio Líquido Negativo em R\$ 20.656.677,37; e Participação em Consórcio Público a pagar no valor de R\$ 1.531.738,25;

NOTA 16- Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

O resultado do Patrimônio Líquido corresponde à situação patrimonial líquida, apurada pela diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser um montante positivo ou negativo.

No Patrimônio Líquido deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

O Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial de 2017 permaneceu positivo em R\$ 2.003.713.009,04, em comparação com o valor de 2016, que foi de R\$ 2.150.477.985,01, havendo uma redução nominal de 6,82%. O principal item que contribuiu para esta variação foi o resultado patrimonial negativo apurado no exercício.

Tabela – Apresentação dos Resultados do Patrimônio Líquido

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
RESULTADO ACUMULADO	2.003.713.009,04	2.150.477.985,01	-6,82
1. Resultado do Exercício	-98.616.160,06	148.127.118,80	-166,58
2. Resultado de Exercícios Anteriores	2.151.984.861,19	1.320.815.848,86	62,93
3. Ajuste de Exercícios Anteriores	-49.655.692,09	681.535.017,35	-107,29
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.003.713.009,04	2.150.477.985,01	-6,82

16.1 - Resultado do Exercício

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2017 foi deficitário em R\$ 98.616.160,06, e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Diminutivas.

Tabela – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.608.464.182,59	2.337.607.626,91	-31,19
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.707.080.342,65	2.189.480.508,11	-22,03
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-98.616.160,06	148.127.118,80	-166,58

Observa-se que houve uma queda expressiva no resultado patrimonial do período quando comparado com o exercício anterior. Ao final de 2016, o resultado foi positivo em R\$ 148.127.118,8, enquanto que em 2017 o resultado foi negativo em R\$ -98.616.160,06, implicando uma variação negativa da ordem de R\$ 246.743.278,86 que está melhor demonstrado na NOTA 21.

16.2 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de Exercícios Anteriores compõem a linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores). Cabe destacar que tal conta registra os efeitos da mudança de critério contábil ou na retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

NOTA 17 - Saldo Patrimonial

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborado com base nos dados da classe 1 (Ativo), da classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, e nas contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentem passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 "Crédito Empenhado a Liquidar" e "Restos a Pagar Não Processados a Liquidar".

Tabela – Apresentação do Saldo Patrimonial – Comparativamente com exercício anterior

PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONF. LEI 4320/64	2017	2016	AH%
1. Ativo Financeiro	262.933.434,43	210.063.699,96	25,17
2. Ativo Permanente	2.380.639.376,76	2.540.344.596,04	-6,29
3. Passivo Financeiro	-132.531.444,37	-124.276.706,08	6,64
4. Passivo Permanente	-606.130.948,31	-574.418.969,72	5,52
5. Saldo Patrimonial	1.904.910.418,51	2.051.712.620,20	-7,16

Os saldos de restos a pagar não processados incluídos em passivos financeiro são: R\$ 52.241.404,82 de exercícios anteriores e R\$ 46.561.185,71 de inscrição no exercício atual.

NOTA 18 - Atos Potenciais Ativos

Os atos potenciais ativos são os atos e fatos que possam vir a aumentar o ativo ou diminuir o passivo da entidade governamental e são registrados nas contas 7.1.1.0.0.00.00 e 8.1.1.0.0.00.00. Dessa forma, os controles de atos potenciais ativos e passivos não são contrapartida um do outro e, pela metodologia do PCASP, em regra, não terão o mesmo saldo. Na classe 8, deve-se observar o que foi executado e o que ainda está por se executar.

Tabela – Atos Potenciais Ativos

DESCRIÇÃO	2017	2016	AH%
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	222.810.708,38	216.317.393,62	3,00
1. Garantias e Contragarantias Recebidas	4.128.440,07	3.172.618,66	30,13
2. Direitos Convênios e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	17.921.062,16	9.645.774,96	85,79
3. Direitos Contratuais a Executar	200.761.206,15	203.499.000,00	-1,35
4. Outros Atos Potenciais Ativo a Executar	0,00	0,00	0,00

NOTA 19 - Atos Potenciais Passivos

Nos termos do MCASP 7ª Ed. "Os atos potenciais passivos são os atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental e são registrados nas contas 7.1.2.0.0.00.00 e 8.1.2.0.0.00.00. Dessa forma, os controles de atos potenciais ativos e passivos não são contrapartida um do outro e, pela metodologia do PCASP, em regra, não terão o mesmo saldo. Na classe 8, deve-se observar o que foi executado e o que ainda está por se executar." Apresentamos a sua composição:

Tabela – Atos Potenciais Passivos

DESCRIÇÃO	2017	2016	AH%
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.162.521.603,47	7.704.608.712,62	18,92
1. Garantias e Contra Garantias Concedidas a Executar	112.218.425,74	119.840.022,26	-6,36
2. Obrigações Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	1.448.690,80	555.689,29	160,70
3. Obrigações Contratuais a Executar	419.898.909,57	433.988.950,82	-3,25
3. Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	8.628.955.577,36	7.150.224.050,25	20,68

NOTA 20 – Superávit Financeiro por fontes

Referem-se à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurados no Balanço Patrimonial. Tais recursos não são considerados receitas orçamentárias, pois foram arrecadadas em exercícios anteriores mas poderão ser utilizados para a abertura de créditos adicionais no exercício de 2018, respeitando, claro, a vinculação do recurso. O total das fontes soma R\$ 130.401.990,06 e a discriminação analítica já está demonstrada no quadro próprio.

NOTA 21 - Resultados das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas são todas aquelas que acarretam aumento do Patrimônio Líquido. Tal aumento não necessariamente será provocado pelo ingresso de recursos financeiros no disponível da entidade, mas poderá ser de origem de outros fatos contábeis como, por exemplo, o reconhecimento de direitos a receber de origem tributária ou não, inscritos ou não em dívida ativa reconhecidos por competência.

As Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas são todas aquelas que acarretam a redução do Patrimônio Líquido. Tal diminuição não necessariamente será provocada pelo egresso de recursos financeiros no disponível da entidade, mas poderá ser de origem de outros fatos contábeis como, por exemplo, ajustes de perdas de créditos a receber inscritos de origem tributária ou não, inscritos ou não em dívida ativa, reconhecidos por competência.

As Variações Patrimoniais Qualitativas são decorrentes das transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, a saber:

- a) Incorporação de Ativo
- b) Desincorporação de Passivo
- c) Incorporação de Passivo
- d) Desincorporação de Ativos

No exercício de 2017 o resultado patrimonial foi deficitário no valor de R\$ 98.616.160,06, enquanto que no exercício anterior foi superavitário em R\$ 148.127.118,80, apurando-se uma variação negativa de 166,58% em relação ao exercício anterior.

Tabela – Demonstração do Resultado das Variações Patrimoniais Quantitativas

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
1. VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - VPA	1.608.464.182,59	2.337.607.626,91	-31,19
1.1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	625.543.197,31	584.737.393,70	6,98
1.2. Contribuições	40.373.745,17	30.960.647,19	30,40
1.3. Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	981.032,34	2.715.289,17	-63,87
1.4. Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	155.002.823,13	182.898.753,74	-15,25
1.5. Transferências e Delegações Recebidas	519.090.743,89	487.406.904,19	6,50
1.6. Valorização e Ganhos Com Ativos	2.850.822,87	28.968.692,65	-90,16
1.7. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	264.621.817,88	1.019.919.946,27	-74,05
2. VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - VPD	1.707.080.342,65	2.189.480.508,11	-22,03
2.1. Pessoal e Encargos	452.625.707,08	453.486.868,95	-0,19
2.2. Benefícios Previdenciários e Assistenciais	88.335,85	97.989,62	-9,85
2.3. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	146.517.541,53	151.757.505,73	-3,45
2.4. Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	66.131.353,83	179.273.395,24	-63,11
2.5. Transferências e Delegações Concedidas	397.044.610,76	382.807.039,72	3,72
2.6. Desvalorização e Perdas de Ativos	491.589.547,75	895.342.773,68	-45,09
2.7. Tributárias	10.534.190,39	10.451.494,75	0,79
2.8. Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	142.549.055,46	116.263.440,42	22,61
3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-98.616.160,06	148.127.118,80	-166,58

Análise dos resultados por atividade sob enfoque patrimonial

O enfoque é demonstrar os resultados por operações específicas ou assemelhadas pelo desdobramento do conjunto de contas de resultados.

NOTA 21.1 – Impacto nos resultados das atividades operacionais ou administrativas do Município

Tabela – Atividade Operacional ou Administrativa

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
1. RECEITAS OPERACIONAIS PRÓPRIAS	666.897.974,82	618.413.330,06	7,84
1.1. Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias	625.543.197,31	584.737.393,70	6,98
1.2. Contribuições de Iluminação Pública	40.373.745,17	30.960.647,19	30,40
1.3. Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	981.032,34	2.715.289,17	-63,87
2. DESPESAS OPERAC. ADMIN. E MANUTENÇÃO	609.765.774,85	615.793.859,05	-0,98
2.1. Pessoal e Encargos	452.625.707,08	453.486.868,95	-0,19
2.2. Benefícios Previdenciários e Assistenciais	88.335,85	97.989,62	-9,85
2.3. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	146.517.541,53	151.757.505,73	-3,45
2.4. Tributárias	10.534.190,39	10.451.494,75	0,79
3. RESULTADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	57.132.199,97	2.619.471,01	2.081,06

Os resultados patrimoniais demonstram que houve um aumento do superávit de 2.081,06% no exercício atual em relação ao anterior, em função do aumento da receita e da redução das despesas operacionais executadas.

As atividades operacionais e administrativas do Município, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para a cobertura dos dispêndios, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

21.2 - Impacto nos resultados da movimentação financeira

Tabela – Operações Financeiras

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
1. VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENT.FINANCEIRA	155.002.823,13	182.898.753,74	-15,25
1.1. Juros e Encargos de Mora	66.262.315,02	63.136.811,31	4,95
1.2. Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicação Financeira	22.422.114,74	28.974.643,46	-22,61
1.3. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeira	66.318.393,37	90.787.298,97	-26,95
2. VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	66.131.353,83	179.273.395,24	-63,11
2.1. Juros e Encargos de Empr. e Financiamento Obtidos	63.787.649,40	147.316.399,93	-56,70
2.2. Juros e Encargos de Mora	19.247,65	32.993,88	-41,66
2.3. Variações Monetárias e Cambiais	2.324.456,78	31.924.001,43	-92,72
3. RESULTADO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	88.871.469,30	3.625.358,50	2.351,38

O resultado da variação financeira demonstra que a movimentação financeira no exercício foi positiva, apresentando um crescimento de 2.351,38% em relação ao ano anterior. Dentre as principais razões de tal resultado, citamos: diminuição de despesas com juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos; diminuição de juros e encargos de mora; e diminuição de variações monetárias e cambiais.

As atividades da movimentação financeira, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

21.3 - Impacto das contas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Tabela –Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
1. TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	519.090.743,89	487.406.904,19	6,50
1.1. Transferências Intragovernamentais	4.246.127,87	163.674,63	2.494,25
1.2. Transferências Inter Governamentais	510.581.658,47	485.181.513,22	5,24
1.3. Transferências das Instituições Privadas	2.162.236,70	1.660.302,63	30,23
1.4. Transferências de Consórcios Públicos	1.860.038,31	0,00	100,00
1.5. Transferências de Pessoas Físicas	240.682,54	401.413,71	-40,04
2. TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	397.044.610,76	382.807.039,72	3,72
2.1. Transferências Intragovernamentais	344.461.111,27	333.129.361,33	3,40
2.2. Transferências a Instituições Privadas	50.723.461,18	49.482.300,70	2,51
2.3. Transferências a Consórcios Públicos	1.860.038,31	195.377,69	852,02
3. RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS	122.046.133,13	104.599.864,47	16,68

Este quadro demonstra os valores recebidos de transferências (Intragovernamentais, Intergovernamentais, Instituições Privadas e Transferências de Pessoas Físicas) para o atendimento das atividades públicas, e os recursos que o Município transfere (Intragovernamentais, a Instituições Privadas e a Consórcios Públicos) para o atendimento de políticas públicas e, quando for o caso, vinculados a planos de aplicações.

O balanceamento das contas de transferências e delegações, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência, neste caso, em especial podemos citar como exemplo, os restos a receber das operações intergovernamentais de 2017 que serão repassados em 2018.

21.4 - Impacto nos Resultados da Movimentação de Ativos

Tabela –Ganhos e Perdas de Ativos e Passivos

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC. DE PASSIVOS	2.850.822,87	28.968.692,65	-90,16
1. Ganhos com Alienação	12.260,00	236.192,00	-94,81
2. Ganhos com Incorporação de Ativos	2.838.562,87	24.744.800,00	-88,53
3. Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	3.987.700,65	-100,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORP. DE PASSIVOS	491.589.547,75	895.342.773,68	-45,09
1. Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	488.709.097,38	530.927.000,60	-7,95
2. Perdas com Alienação	16.960,00	0,00	100,00
3. Perdas Involuntárias	24.927,50	28.636,60	-12,95
4. Desincorporação de Ativos	2.838.562,87	364.387.136,48	-99,22
RESULTADOS DA MOVIMENTAÇÃO DE ATIVOS	-488.738.724,88	-866.374.081,03	-43,59

Os Ganhos com Incorporação de Ativos se referem basicamente à incorporação de bens de terceiros em uso pelo Município.

A Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas, corresponde aos créditos de curto prazo, oriundos da inadimplência de terceiros e dos efeitos da mudança de critérios contábil, constante no MCASP, e são calculados com base na metodologia do histórico de recebimentos passados (2014, 2015 e 2016). O relatório com os índices é elaborado pela Diretoria de Arrecadação conforme NOTA 03.

As perdas involuntárias que totalizam R\$ 24.927,50 decorrem de sinistros ocorridos com bens patrimoniais como incêndios e furtos.

A Desincorporação de Ativos, em sua totalidade, refere-se à provisão para devolução de bens de terceiros em uso pelo município.

21.5 - Impacto nos Resultados das Outras Variações Patrimoniais

Tabela – Outras Variações Patrimoniais

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2016	AH%
1. OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	264.621.817,88	1.019.919.946,27	-74,05
1.1. Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	99.131.759,70	523.979.176,34	-81,08
1.2. Resultado Positivo de Participações	17.203.439,46	5.271,66	326.238,18
1.3. Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	47.753.890,01	360.903.595,46	-86,77
1.4. Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	100.532.728,71	135.031.902,81	-25,55
2. OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	142.549.055,46	116.263.440,42	22,61
2.1. Premiações	4.286,70	0,00	100,00
2.2. Resultado Negativo de Participações	8.567.625,74	0,00	100,00
2.3. Incentivos	3.636.263,92	5.174.976,16	-29,73
2.4. VPD de Constituição de Provisões	20.155.629,25	50.000,00	40.211,26
2.5. Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	110.185.249,85	111.038.464,26	-0,77
RESULTADOS DAS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	122.072.762,42	903.656.505,85	-86,49

21.5.1 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar – Do total: R\$ 96.814.950,01 refere-se a contrapartida de adequação de saldo créditos não Tributários decorrentes de Autos de Infração Inscritos em 2017; R\$ 4.750.410,39 são de Multas e Juros de outras Receitas Correntes. Resultado Positivo de Participação Societária avaliada pelo método de equivalência patrimonial referente à controlada Cohab-Ld (com base no Balanço de 2016).

Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas - houve reclassificação contábil e reversão no valor de R\$ 47.753.890,01 com nova Provisão registrada em Ajuste de Perdas de Créditos e Investimentos;

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação com Bonificações R\$ 498,96; Aplicação de multas administrativas no valor de R\$ 23.112.640,79; Indenizações e Restituições de R\$ 1.627.593,58; Ônus de Sucumbência de R\$ 2.904.230,54 e Cancelamento de dívidas de R\$ 72.887.764,84 que se referem a precatórios reclassificados.

21.5.2. OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As premiações no valor de R\$ 4.286,70 são decorrentes das atividades culturais e desportivas promovida pela Secretaria de Educação;

A aplicação do Método de Equivalência Patrimonial resultou em variação negativa (R\$ 8.567.625,74) no investimento na empresa SERCOMTEL;

Os Incentivos (R\$ 3.636.263,92) referem-se às despesas pagas à conta de auxílio a pessoas físicas não vinculadas a projetos incentivados;

A Constituição de Provisões no valor de R\$ 20.155.629,25 são as provisões para pagamento de Autos de Infrações emitidos por órgãos governamentais de outras esferas, provenientes de danos ambientais, contribuições sociais e previdenciárias;

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – do total de R\$ 110.185.249,85, R\$ 57.362,46 correspondem a adiantamentos concedidos para viagens; R\$ 107.804.593,35 são referentes a reconhecimentos, reclassificação e atualização de Precatórios; R\$ 1.711.767,73 derivados de restituições, e R\$ 611.526,31 de indenizações diversas.

21.6 - Considerações Finais sobre as Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício não é um indicador de desempenho do Município, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas ou qualitativas dos elementos patrimoniais no respectivo período.

Para a administração pública é um indicador de gestão fiscal, por isso, a evolução do Patrimônio Líquido é objeto de análise do anexo de metas fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme LC 101/00, art. 4º parágrafo 2º, inciso III.

NOTA22 - Variações Patrimoniais Qualitativas

As variações patrimoniais qualitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o Patrimônio Líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais.

Tabela – Demonstração das Variações Patrimoniais Qualitativas – Decorrente da Execução Orçamentária

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH%
Incorporação de Ativos	46.705.837,90	63.697.036,31	-26,68
Desincorporação de Passivos	36.504.968,46	33.703.721,71	8,31
Incorporação de Passivos	9.146.257,68	33.988.000,19	-73,09
Desincorporação de Ativos	12.260,00	236.192,00	-94,81

As informações qualitativas decorrem da execução orçamentária do exercício e sua análise tem por base registros permutativos que não afetam o resultado patrimonial do exercício e as decisões econômicas de gestão de governo, porém são necessárias para a realização uma análise geral da movimentação patrimonial do respectivo período. Evidencia, também, de que forma a administração influenciou nas alterações qualitativas do setor público.

NOTA 23–Balanco Orçamentário Considerações Gerais

O Balanço Orçamentário, segundo a NBC T 16.6, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução.

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente, dos créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, via de regra, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e constata-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício.

Ressalta-se que em atendimento ao artigo 35 da lei 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro:

- I - as receitas nele arrecadadas; e
- II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Portanto, diferentemente do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais, que seguem estritamente o regime contábil de competência, as Demonstrações Orçamentárias seguem um regime que a doutrina costuma chamar de misto, onde as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pela competência (empenho).

NOTA 24 – Execução Orçamentária da Receita

No exercício de 2017 houve uma frustração média de 9,81% da arrecadação inicialmente prevista. Do montante previsto de R\$1.281.351.397,22, foram arrecadados cerca de R\$ 1.155.703.172,04.

Do montante arrecadado, 98,48% correspondem às receitas correntes (R\$ 1.138.136.365,47); 1,51% às receitas de capital (R\$ 17.500.627,77), e 0,01% às receitas correntes intraorçamentárias (R\$ 66.178,80).

NOTA 25- Execução Orçamentária da Despesa

No exercício de 2017 ocorreu economia na execução da despesa orçamentária de 23,78%. Do montante autorizado para os gastos de R\$ 963.630.498,28, foram realizados (empenhados) R\$ 781.008.118,56. Do montante empenhado foram liquidados R\$ 734.447.560,43, que corresponde a 94,04%, cuja diferença será realizada no exercício seguinte em Restos a Pagar.

As despesas correntes de R\$ 710.146.300,34 representam aproximadamente 81,05%, do total dos gastos realizados. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo de gastos com pessoal e encargos, no valor de R\$ 442.720.197,07, representando 45,94%, do total dos gastos.

Nas despesas de capital, cujo montante de R\$ 70.861.818,22 corresponde a 9,65% do total das despesas empenhadas, tem-se como principais despesas as de naturezas de investimentos, no valor de R\$ 21.982.522,96; Inversões Financeiras no valor de R\$ 12.374.326,80; e Amortização de Dívida/Refinanciamento no valor R\$ 36.504.968,46.

NOTA 26 - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário foi superavitário em cerca de R\$ 374.695.053,48, que corresponde a 32,42%, em relação aos valores recebidos e os gastos incorridos. Situação que é extremamente necessária, já que o Município efetua interferências financeiras às Entidades da Administração Indireta e à Câmara Municipal (R\$ 344.457.170,44).

NOTA 27 – Saldo de Exercícios Anteriores

O saldo que se transferiu de exercícios anteriores e que serviu de fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais totalizou R\$ 43.691.153,45 e como trata-se de receitas arrecadadas em outros exercícios não pode ser computado novamente como receitas, no entanto, servem para financiamento das atividades públicas.

NOTA 28 - Receitas Intraorçamentárias**QUADRO DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE 2017**

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA	SALDO
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	303.000,00	303.000,00	66.178,80	236.821,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	303.000,00	303.000,00	66.178,80	236.821,20
RESTITUIÇÕES A PML - CAMARA - INSS	303.000,00	303.000,00	66.178,80	236.821,20

28.1 - Receitas Correntes Intraorçamentárias

Restituição da Câmara em favor da Prefeitura no valor de R\$ 66.178,80 que é referente a parcelamento da dívida consolidada do INSS (confessada mediante a Lei nº 2187/2007) e posteriormente reparcelada por meio da Lei Federal nº 12.810/2013. A dívida é junto à Receita Federal do Brasil.

NOTA 29 - Despesas Intraorçamentárias

NATUREZA DA DESPESA	Previsão		Despesas		
	Inicial	Atualizada	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
3.0.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	117.757.000,00	108.516.519,51	96.095.494,58	96.026.932,51	83.267.896,05
3.1.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.145.000,00	94.896.519,51	82.974.383,92	82.974.383,92	70.245.979,20
3.1.91.00.00.00 APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES	108.145.000,00	94.896.519,51	82.974.383,92	82.974.383,92	70.245.979,20
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	108.145.000,00	94.896.519,51	82.974.383,92	82.974.383,92	70.245.979,20
3.1.91.13.03.00 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	0,00	0,00	80.129.970,12	80.129.970,12	67.401.565,40
3.1.91.13.03.01 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS/ATIVOS	0,00	0,00	45.814.270,48	45.814.270,48	38.622.810,80
3.1.91.13.03.02 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS/INATIVOS	0,00	0,00	30.358.744,68	30.358.744,68	25.489.752,82
3.1.91.13.03.03 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS/ PENSIONISTAS	0,00	0,00	3.956.954,96	3.956.954,96	3.289.001,78
3.1.91.13.08.00 PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR - PESSOAL ATIVO	0,00	0,00	1.625.133,32	1.625.133,32	1.625.133,32
3.1.91.13.08.01 CAAPSM - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	0,00	0,00	1.625.133,32	1.625.133,32	1.625.133,32
3.1.91.13.15.00 MULTAS	0,00	0,00	577,35	577,35	577,35
3.1.91.13.17.00 JUROS	0,00	0,00	184,29	184,29	184,29
3.1.91.13.99.00 OUTRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	1.218.518,84	1.218.518,84	1.218.518,84
3.1.91.13.99.01 CAAPSM - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE- PESSOAL INATIVO	0,00	0,00	1.218.518,84	1.218.518,84	1.218.518,84
3.2.00.00.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.311.000,00	13.319.000,00	12.821.110,66	12.821.110,66	12.821.110,66
3.2.91.00.00.00 APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES	9.311.000,00	13.319.000,00	12.821.110,66	12.821.110,66	12.821.110,66
3.2.91.22.00.00 OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	9.311.000,00	13.319.000,00	12.821.110,66	12.821.110,66	12.821.110,66
3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301.000,00	301.000,00	300.000,00	231.437,93	200.806,19
3.3.91.00.00.00 APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES	301.000,00	301.000,00	300.000,00	231.437,93	200.806,19
3.3.91.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	300.000,00	300.000,00	300.000,00	231.437,93	200.806,19
3.3.91.39.67.00 SERVIÇOS FUNERÁRIOS	0,00	0,00	300.000,00	231.437,93	200.806,19
3.3.91.97.00.00 AFORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	21.368.000,00	15.532.608,98	15.473.623,68	15.473.623,68	15.473.623,68
4.6.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	21.368.000,00	15.532.608,98	15.473.623,68	15.473.623,68	15.473.623,68
4.6.91.00.00.00 APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES	21.368.000,00	15.532.608,98	15.473.623,68	15.473.623,68	15.473.623,68
4.6.91.71.00.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA POR CONTRATO	21.368.000,00	15.532.608,98	15.473.623,68	15.473.623,68	15.473.623,68
4.6.91.71.01.00 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA - RPPS	0,00	0,00	15.473.623,68	15.473.623,68	15.473.623,68
TOTAL GERAL:	139.125.000,00	124.049.128,49	111.569.118,26	111.500.556,19	98.741.519,73

29.1 - Despesas Correntes Intraorçamentárias

Contribuição para a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – CAAPSM, conforme artigo 78, inciso I e II, da Lei Municipal 11.348/2011.

Contribuição relativa ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores de Londrina, conforme artigo 121 e 126 da Lei Municipal nº 11.348/2011. Os Juros e Encargos da Dívida se referem às dívidas descritas na nota 29.2.

29.2 - Despesas de Capital Intraorçamentárias

Trata-se de confissão dívida do ente federativo em relação ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, firmado por meio das leis municipais nºs 9.566/2004 e 10.313/2007. A dívida referente à Lei 10.313/2007 (dívida fundada 106/2016) se encerrou em 2017. O saldo remanescente da dívida (Lei 9.566/2004) é de R\$ 209.067.182,50 conforme detalhamentos constantes na NOTA 10.

NOTA30 - Movimentação dos Créditos

Tabela – Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito

DETALHAMENTO DA DESPESAS EXECUTADAS POR TIPO DE CRÉDITO

TIPO DE CRÉDITO	INICIAL	TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA	TOTAL DA DESPESA EXECUTADA (EMPENHADA) POR TIPO DE CRÉDITO	% DA EXECUÇÃO
1 - Inicial + Suplementar	912.240.000,00	961.625.014,96	780.456.353,76	81,16
2 - Especial	0,00	2.005.483,32	551.764,80	27,51
3 - Extraordinários	-	-	-	-
TOTAL 2017 (1+2+3)		963.630.498,28	781.008.118,56	81,05
NÃO EMPENHADA			182.622.379,72	18,95

Foi executado 81,05% do valor total de créditos autorizados (inicial + adicionais), 18,95% não foram empenhados em 2017. Não houve abertura de créditos extraordinários em 2017. A execução de Créditos Especiais representa 0,071% (R\$ 551.764,80) do total da despesa realizada em 2017.

NOTA 31 - Movimentação dos Créditos**Nota – Movimentação detalhada por grupo da fonte de recursos**

DESCRIÇÃO	GRUPO DA FONTE DE RECURSOS		
	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS ANTERIORES	TOTAL
1 - Empenhados	772.648.786,67	33.292.077,48	805.940.864,15
2 - Estornados	24.472.445,23	465.877,46	24.938.322,69
3 - Reversão de Estorno	5.577,10	-	5.577,10
SUBTOTAL (1-2+3)	748.176.341,44	32.826.200,02	781.008.118,56

Os estornos foram de 3,2% em relação ao total empenhado no exercício de 2017. A utilização da fonte de recursos do exercício foi de 95,80% enquanto de exercícios anteriores 4,20%.

NOTA32 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar não processados estão descritos da seguinte forma: R\$ 59.082.866,45 foram inscritos no exercício anterior; R\$39.682.498,36 em exercícios anteriores. Desse montante (R\$ 98.765.364,81) foram pagos R\$ 37.208.389,22 e R\$ 9.133.680,02 foram cancelados durante o exercício de 2017, permanecendo saldo a pagar para os próximos exercícios de R\$ 52.241.404,82.

NOTA 33–Execução de Restos a Pagar Não Processados Liquidados e Restos a Pagar Processados

O conjunto formado pelos Restos a Pagar Não Processados liquidados e pelos Restos a Pagar Processados inscritos em exercícios anteriores possuía o valor de R\$ 3.766.127,75 e R\$ 9.755.039,78 inscritos em 31 de dezembro do exercício, o que totaliza R\$13.521.167,53. Foram pagos R\$ 9.842.639,63 e R\$ 1.506.248,60 foram cancelados durante o exercício de 2017, permanecendo o saldo a pagar para os próximos exercícios de R\$ 2.172.279,30.

NOTA34 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro, segundo a NBC T 16.6, objetiva demonstrar todas as entradas e saídas de recursos financeiros sejam de origem orçamentária ou extraorçamentária, bem como os saldos do início e do final do período. As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções e da mesma forma que apresentado no Balanço Orçamentário, em 2017 as receitas orçamentárias totalizaram R\$ 1.155.703.172,04.

O Balanço Financeiro é estruturado de forma a evidenciar o resultado financeiro do período que é a diferença entre o total dos ingressos financeiros e o total dos dispêndios financeiros tanto orçamentários como extraorçamentários. Dessa forma, o total de ingressos considerados extraorçamentários (apenas para fins do BF) totalizou R\$ 726.298.457,06 e estão detalhados no demonstrativo correspondente.

O resultado financeiro, quando positivo, indica que houve mais ingressos de recursos do que dispêndios, por simetria, o negativo indica que houve mais dispêndios. Em 2017 o resultado totalizou R\$ 52.869.734,47 que pode ser lido como acréscimo de recursos.

É importante que as demonstrações contábeis sejam avaliadas em conjunto, pois uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, uma vez que tal variação pode ter sido ocasionada por endividamento público.

Já a variação negativa na disponibilidade do período não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode refletir uma redução no endividamento. Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

Tabela – Resultado Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	AV (%)
Receita Orçamentária	1.155.703.172,04	1.113.874.683,57	3,76
Despesa Orçamentária	781.008.118,56	812.963.888,09	-3,93
Resultado (I)	374.695.053,48	300.910.795,48	24,52
Transferências Financeiras Recebidas	3.737.184,52	163.124,63	2.191,00
Transferências Financeiras Concedidas	344.457.170,44	333.129.361,33	3,40
Resultado (II)	-340.719.985,92	-332.966.236,70	2,33
Recebimento Extraorçamentários	726.298.457,02	686.433.072,50	5,81
Pagamentos Extraorçamentários	707.403.790,15	664.171.432,38	6,51
Resultado (III)	18.894.666,87	22.261.640,12	-15,12
Resultado Financeiro do Exercício (I + II + III)	52.869.734,43	-9.793.801,10	-639,83

NOTA35 – Saldo para o Exercício Seguinte

Tabela – Detalhamento do Saldo em Espécie

DETALHAMENTO	Saldo em 31/12/2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	196.102.519,52
Bancos Conta Movimento	12.296.485,35
Poupança	13.219.554,80
Fundo de Aplicação Financeira	170.586.479,37
Realizável	66.830.914,91
Depósitos Restituíveis e Vinculados em Conta Especial - Precatórios - Controlado pelo Tribunal de Justiça	65.137.716,01
Depósitos de Precatórios Restituíveis	21.770,74
Créditos a Receber por Reembolso de Salário Família Pago	1.316,12
COSIP - Iluminação Pública a Receber	231.472,38
Outros Créditos a Receber	4.540,04
Outros Créditos a Receber de Entidades	794.522,31
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	14.558,66
Depósitos Judiciais	29.108,84
Créditos a Receber em Poder da Justiça	595.909,81
TOTAL	262.933.434,43

NOTA36 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (DFC) objetiva contribuir para a transparência da gestão pública além de permitir um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários informações sobre a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como sua capacidade de liquidez em cada fluxo gerado das atividades, permitindo projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC foi elaborada pelo método direto de forma a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, segregada nos seguintes fluxos: das operações, dos Investimentos, dos financiamentos e das operações extraorçamentárias.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro (NOTA 34) e importou em R\$ 52.869.734,43 no exercício de 2017, o que representou um aumento da ordem de 639,83%, em relação ao exercício de 2016 e está composto da seguinte maneira:

Tabela – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

FLUXOS LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Atividades Operacionais	115.891.487,50	46.942.101,50	146,88
Atividades de Investimentos	-46.636.469,84	-63.510.550,88	-26,57
Atividades de Financiamentos	-19.511.522,12	5.056.014,63	-485,91
Fluxo extraorçamentário	3.126.238,93	1.718.633,65	181,90%
Total Líquido	52.869.734,43	-9.793.801,10	-532,08

Nota 37 - Considerações finais

O Município optou pela contratação do sistema de contabilidade terceirizado para toda a administração, tanto para a administração direta, como para as indiretas, com objetivo de atender a consolidação dos balanços.

As características operacionais do Município levam, naturalmente, à dependência das receitas derivadas e um resultado negativo nas variações patrimoniais, pois, embora as atividades da administração gerem retornos coletivos e permanentes à sociedade, há baixo potencial de retorno direto, ou seja, obtenção de receitas originárias, ao passo que os gastos com a prestação de serviços à sociedade é uma variação patrimonial negativa. Os demais resultados apresentados pelo Município (Orçamentário, Financeiro, e dos Fluxos de Caixa) foram superavitários.

Os resultados aqui demonstrados são frutos dos registros efetuados tendo por suporte documentos hábeis remetidos para contabilização pelos órgãos da entidade ou extraídos através de sistema integrado, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante às responsabilidades quanto a documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional Contador que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

Londrina, 31 de dezembro de 2017. Marcelo Belinati Martins - Prefeito do Município, João Carlos Barbosa Perez - Controlador-Geral do Município, Danilo Ap. Landegrafi Barbosa - Contador CRC PR n.º 65.601/O-0

EXPEDIENTE

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

Prefeito do Município – Marcelo Belinati Martins

Secretário de Governo – Janderson Marcelo Canhada

Jornalista Responsável – Alexandre Sanches

Editoração – Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4013

Endereço Eletrônico: <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - **E-mail:** jornaloficial@londrina.pr.gov.br

A íntegra dos materiais referentes a licitações está disponível no endereço www.londrina.pr.gov.br